

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RAFAEL AGOSTIN PALMIERI

FUNDAMENTOS MICROECONÔMICOS NAS TEORIAS DAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS:

UMA RESENHA

FLORIANÓPOLIS
2012

RAFAEL AGOSTIN PALMIERI

**FUNDAMENTOS MICROECONÔMICOS NAS TEORIAS DAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS:**

Uma Resenha

Monografia submetida ao curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado. Área de Concentração: Teoria Microeconômica.

Orientador: Jaylson Jair da Silveira, Prof. Dr.

FLORIANÓPOLIS, 2012

Palmieri, Rafael Agostin.

Fundamentos Microeconômicos nas Teorias das Relações Internacionais: Uma Resenha / Rafael Agostin Palmieri. - - Florianópolis: UFSC / Departamento de Economia e Relações Internacionais, 2012.

viii, 56 f.; 30 cm.

Orientador: Jaylson Jair da Silveira, Prof. Dr.

Monografia (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Curso de Graduação em Ciências Econômicas, 2012.

Referências: f. 65-70.

1. Teorias das Relações Internacionais. 2. Teoria Microeconômica – Monografia. I. Silveira, Jaylson Jair da. II. Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais, Curso de Graduação em Ciências Econômicas. III. Fundamentos Microeconômicos nas Teorias das Relações Internacionais: Uma Resenha.

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Economia e Relações Internacionais
Curso de Graduação em Ciências Econômicas

Rafael Agostin Palmieri

Fundamentos Microeconômicos nas Teorias das Relações Internacionais:
Uma Resenha

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8 ao aluno Rafael Agostin Palmieri na
Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Área de Concentração: Teoria Microeconômica

Banca Examinadora:

Prof. Jaylson Jair da Silveira, Dr.

Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina

Profª. Mônica Salomón González, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina

Profª. Graciela De Conti Pagliari, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 05 de julho de 2012.

“If everyone fought for their own convictions there would be no war.”

Leo Tolstoy, *War and Peace*

RESUMO

Esta resenha consiste em notar as formas peculiares como Kenneth Waltz, Robert Gilpin e Robert Keohane modelam suas teorias a partir da Teoria Microeconômica, isto é, o modo como percebem a interação entre os Estados de forma análoga à interação entre agentes econômicos, com maior ou menor grau de racionalidade. Do ordenamento social espontâneo de Adam Smith às interações estratégicas da Teoria dos Jogos, a Teoria Microeconômica subsidia os argumentos destes autores em suas principais obras, os quais buscam atribuir maior grau de cientificidade a sua disciplina, constituindo, assim, o *mainstream* das Relações Internacionais contemporâneas.

Palavras-chave:

1. Racionalidade
2. Microfundamentos
3. Neorrealismo
4. Neoliberalismo

ABSTRACT

This review is to note the peculiar ways as Kenneth Waltz, Robert Gilpin and Robert Keohane shape their theories from the Microeconomic Theory, *i.e.*, how they perceive the interaction between States in a manner analogous to the interaction between economic agents, based on a more or lesser degree of rationality. From the spontaneous social order of Adam Smith to the strategic interactions of Game Theory, Microeconomic Theory subsidizes the arguments of these authors in their major works, which seek to give greater scientific degree to their discipline, thus, constituting the mainstream of contemporary International Relations.

Key-words:

1. Rationality
2. Microfoundations
3. Neorealism
4. Neoliberalism

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Tema e Justificativa.....	9
1.2 Problema.....	12
1.3 Objetivos.....	12
1.3.1 Objetivo Geral.....	12
1.3.2 Objetivos Específicos	13
1.4 Metodologia	13
1.5 Estrutura	14
2. MARCO TEÓRICO.....	16
2.1 A “Microteoria” de Adam Smith e o Egoísmo Individual	16
2.2 A Revolução Marginalista e o <i>Homo Economicus</i>	19
2.3 Teorias de Falhas de Mercado	24
2.3.1 Custos de Transação, Externalidades e o Teorema de Coase.....	24
2.3.3 Bens Públicos e a Lógica da Ação Coletiva	26
2.3.4 Incerteza: Informação Assimétrica e Risco Moral.....	27
2.3.5 Racionalidade Limitada.....	28
2.4 A Teoria da Escolha Racional e o Dilema dos Prisioneiros	29
3. MICROFUNDAMENTOS DO NEORREALISMO	33
3.1 O Neorrealismo Estrutural de Kenneth Waltz	33
3.2 A Teoria Neorrealista da Mudança de Robert Gilpin	43
4. MICROFUNDAMENTOS DO NEOLIBERALISMO INSTITUCIONAL	50
5. CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS	65

1. INTRODUÇÃO

1.1 Tema e Justificativa

As Relações Internacionais, como campo acadêmico autônomo, surge logo após a Primeira Guerra Mundial, tendo como objetivo imediato:

Organizar uma disciplina em torno do estudo da questão da guerra e, mais precisamente, com a finalidade de livrar a humanidade de suas consequências nefastas. Era preciso, então, estudar o fenômeno da guerra e suas causas para poder evitar a repetição de tragédias similares às acontecidas na então chamada Grande Guerra. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 3).

Assim como seus subconjuntos irmãos nas ciências sociais, a sua evolução foi marcada inicialmente por um debate de cunho ontológico, ou seja, sobre sua natureza. Este foi explicitado notoriamente por Edward H. Carr em *Vinte Anos de Crise*, publicado em 1939. Carr critica “a [excessiva] preocupação normativa dos primeiros acadêmicos de Relações Internacionais”. Estes a que se refere são os Liberais¹, os quais Carr denomina de “utópicos ou idealistas”, que, ao focarem em problemas de ordem ética-moral, acabaram por não serem capazes de detectar a ameaça iminente representada pelo nazi-fascismo. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 3-4).

Destarte, Carr propõe que as Relações Internacionais deveriam cingir-se, precipuamente, a estudar o mundo como ele “realmente” funciona, ou seja, a análise destas relações deveria ser pautada pela positividade, e não pela prescrição inerente à normatividade. A crítica empreendida por Carr logrou sucesso neste novo campo acadêmico, ao incorporar uma herança analítica política cuja genealogia é atribuída modernamente a Tucídides, Hobbes e Maquiavel. A eclosão da Segunda Guerra Mundial só viria a dar argumentos favoráveis à interpretação Realista das Relações Internacionais. Com a publicação de *A Política Entre as Nações*, em 1948, Hans Morgenthau sedimenta as bases do Realismo, ao centralizar o Estado como ator representativo em um mundo anárquico, no qual impera a busca pela sobrevivência

¹ Liberalismo denota a busca pela projeção de valores de ordem, liberdade, justiça e tolerância nas relações internacionais. Remonta ao legado iluminista de John Locke, Immanuel Kant e Jeremy Bentham. (BAYLIS; SMITH; OWENS, 2008). “*In contrast to realists, liberals see international relations as a potential realm of progress and purposive change. They value individual freedom above all else, and they believe that the state ought to be constrained from acting in ways that undermine that freedom.*” (GRIFFITHS; ROACH; SOLOMON, 2009, p. 65).

e autoajuda através do acúmulo de poder. Ademais, garantiria a supremacia ideológica do Realismo nas academias norte-americanas pelas duas décadas vindouras. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

A partir da década de 1970, no contexto da revolução behaviorista que influenciou as academias de ciências sociais de então. Conforme notam Nogueira e Messari (2005, p. 5) houve uma necessidade imposta pela Guerra Fria aos *policy makers* por um “maior grau de previsibilidade no cenário internacional”. Como resultado, “a disciplina Relações Internacionais passou a aceitar um maior rigor científico, assim como a adotar metodologias transparentes e falsificáveis²”. Fatores associados à evolução da política internacional e da própria disciplina também foram decisivos para a formulação do Neorrealismo Estrutural por Kenneth Waltz, através da publicação de *Theory of International Politics*, em 1979. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

A estrutura que Waltz menciona em sua teoria é o caráter anárquico das Relações Internacionais, isto é, a ausência de um poder disciplinador (legítimo) da ordem em âmbito internacional. Este princípio ordenador do sistema internacional constrangeria a ação de seus agentes através de dois mecanismos complementares entre si: a socialização e a competição. Ambos conduziriam os agentes à reprodução de um padrão de ação na busca do sucesso. Para Waltz, sistemas políticos internacionais, como os mercados, são formados pela ação conjunta de *self-regarding units*, e desta interação emergiria uma estrutura espontânea e sem propósito, não obstante coercitiva. A característica da racionalidade, comum tanto ao agente econômico quanto ao agente político (para os Realistas, o Estado - egoísta), seria a causa da existência desta estrutura. (WALTZ, 1979).

Robert Gilpin, outro expoente do pensamento neorrealista, publica em 1981 *War and Change in World Politics*, visando explicar a dinâmica da mudança nas relações internacionais. Fundamenta sua análise a partir do cálculo entre custo e benefício que os Estados emergentes fariam ao desafiar a potência hegemônica na busca pelo aumento de poder na escala hierárquica do sistema internacional. Para tanto faz uso da Teoria da Escolha Racional (TER), a fim de compreender o Estado em razão de suas preferências e como a busca pela maximização da utilidade nortearia suas ações. (GILPIN, 1981).

O arcabouço teórico microeconômico que estava por dar ao Neorrealismo as suas bases científicas foi questionado por Robert Keohane em *After Hegemony*, de 1984. Ao criticar a ênfase dada ao fenômeno da guerra e a pouca atenção aos fatores que levariam os

² Id. *ibid.* p. 5.

Estados à cooperação, afirma que se a política internacional fosse pautada por um perene estado de guerra (*state of war*) então a cooperação, surgida a partir de interesses em comum não existiria, senão como parte de uma luta maior pelo poder. (KEOHANE, 1984).

Inspirado, principalmente, por uma série de experimentos computacionais realizados por Robert Axelrod sobre o Dilema dos Prisioneiros, questiona o emprego do conceito de racionalidade por Waltz e Gilpin a fim de formular suas teorias. Keohane, ao empreender sua crítica à corrente neorrealista³ busca também, a partir da Teoria Microeconômica, fundamentá-la a fim de expor a relevância da tradição política Liberal. Em especial, Keohane formula uma teoria que propõe o estudo dos incentivos para o surgimento e manutenção de regimes internacionais, no que ficou conhecido como Neoliberalismo Institucional.

Com o amadurecer das Relações Internacionais, distintas e novas perspectivas passaram a compor seu repertório analítico. Variantes cujas ramificações perpassam quase todas as ciências sociais, como as derivadas do marxismo, do pós-modernismo, entre outras, passam a ganhar influência também neste meio acadêmico. Logo, a partir da década de 1980, as versões renovadas das duas principais correntes das Relações Internacionais⁴ passariam a ser alvo de críticas quanto a sua concepção metodológica (NOGUEIRA; MESSARI, 2005), notadamente positivista (LAPID, 1989).

Em 1988, Robert Keohane reage⁵ ao classificar as tradições Realista e Liberal como racionalistas, enquanto chama de reflexivistas as demais correntes. Como ressaltam Nogueira e Messari (2005, p. 6-7), Keohane atribuiu aos primeiros “um claro programa de pesquisa, com hipóteses, metodologia e critérios de inclusão e exclusão precisos e transparentes”, enquanto os últimos, apesar de serem capazes de lidar com “assuntos empolgantes, tais como os conceitos de identidade e cultura [...] lhes faltavam rigor e dados empíricos para apoiar suas ideias”.

Sua ênfase em favor do formalismo lógico e empírico já o havia justificado a redigir “*After Hegemony*”, seu *Magnus-opus*: “*We can strip away some of the aura of verisimilitude that surrounds Realism and reconsider the logical and empirical foundations of its claims to*

³ Cf. KEOHANE (1986) e BALDWIN (1993).

⁴ O Neorrealismo e o Neoliberalismo são tidos como as abordagens *mainstream* contemporâneas das Relações Internacionais (BAYLIS, SMITH; OWENS, Ib.).

⁵ “*My chief argument in this essay is that students of international relations should direct their attention to the relative merits of two approaches, the rationalistic and the reflective. Until we understand the strengths and weaknesses of each, we will be unable to design research strategies that are sufficiently multifaceted to encompass our subject-matter, and our empirical work will suffer accordingly*” (KEOHANE, 1988, p. 382, grifo nosso).

our intellectual allegiance” (KEOHANE, 1984, p. 84). Todavia, essas mesmas fundações lógicas e empíricas, as quais Kahler chamou de microfundamentos, não eram claras:

Waltz self-consciously aimed to produce a social scientific version of realism far removed from the anti-scientific model of power politics endorsed by the younger Morgenthau. Whether Waltz’s neorealism also represented a final incorporation of realism within a rational choice paradigm is far more uncertain. Although Robert O. Keohane attributed a rationality assumption to both classical realism and Waltz’s structural variant, the microfoundations of both are unclear. (KAHLER, 1998, p. 924, grifo nosso).

1.2 Problema

O problema deste estudo reside na investigação em torno da aplicação de conceitos e modelos da Teoria Microeconômica na análise das Relações Internacionais, ou seja, como autores importantes do *mainstream* desta disciplina buscaram prover microfundamentos à teorização das Relações Internacionais usando certos instrumentos analíticos oriundos das Ciências Econômicas.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo principal deste estudo consiste em investigar quais os principais conceitos e modelos da Teoria Microeconômica empregados por Waltz, Gilpin e Keohane em suas teorizações a respeito das Relações Internacionais, bem como a forma como isto foi feito pelos citados autores em suas principais obras.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para que o objetivo principal possa ser atendido, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) explicar a origem dos conceitos e modelos microeconômicos empregados;
- b) evidenciar a utilização dos conceitos e modelos microeconômicos por cada autor;
- c) procurar identificar, ainda que de maneira exploratória, se a incorporação de conceitos e técnicas analíticas da Teoria Microeconômica ao *mainstream* das Relações Internacionais, resultante de contribuições individuais e heterogêneas no tempo, apresentou traço(s) característico(s) quando se usa a própria Teoria Microeconômica como referência.

1.4 Metodologia

De acordo com Salomon (1999), a monografia caracteriza-se historicamente pela especificação. Para o autor, seu sentido etimológico foi preservado no decorrer do tempo, referindo-se à: “*mónos* (um só) e *graphein* (escrever): dissertação a respeito de um assunto único” (SALOMON, 1999, p. 255). Assim, delimitado o assunto da monografia, ou seja, seu tema, problema e objetivo, passa-se à definição do método que permeará toda a pesquisa.

Para compreender o que é método de pesquisa, no entanto, é necessário apontar o significado de seu estudo, isto é, definir o que é Metodologia. Segundo Barros e Lehfeld (2007, p. 10), esta “corresponde a um conjunto de procedimentos a ser utilizado na obtenção do conhecimento. É a aplicação do método, por meio de processos e técnicas, que garante a legitimidade científica do saber obtido”. O método, em si, corresponderia ao “caminho ordenado e sistemático para se chegar a um fim.” (BARROS; LEHFELD, 2007, p. 21).

No entender de Cervo, Bervian e Silva (2007), há um método universal a todas as ciências:

Existe, pois, um método fundamentalmente idêntico para todas as ciências, que compreende um certo número de procedimentos, aplicações científicas ou operações levadas a efeito em qualquer tipo de pesquisa. São eles a observação, a

descrição, a comparação, a análise e a síntese. (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 30).

Estes elementos necessários à investigação científica fundamentam toda a estrutura deste trabalho. Tidos como dois procedimentos distintos e inseparáveis, a Análise e a Síntese foram idealizados por René Descartes, em seu clássico Discurso do Método. Neste, procurou traçar normas gerais e indispensáveis a qualquer trabalho científico:

- I) Nunca aceitar como verdadeira qualquer coisa, sem conhecê-la como tal. Evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção (é a evidência como critério de verdade);
- II) Dividir cada uma das dificuldades a abordar no maior número possível de parcelas que forem necessárias para melhor resolvê-las (é a análise);
- III) Conduzir por ordem de pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir pouco a pouco, gradualmente, até o conhecimento dos mais complexos (é a síntese);
- IV) Fazer sempre enumerações tão completas e revisões tão gerais que deem certeza de nada omitirem (é a condição comum e a garantia da análise e síntese). (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 33).

Conforme estes autores, um método não é inventado. Este depende, fundamentalmente, do objeto de pesquisa. Desta forma, “cada abordagem ou busca admite níveis diferentes de aprofundamento e enfoques específicos conforme o objeto de estudo, os objetivos visados e a qualificação do pesquisador.” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 60).

Dentre os tipos de pesquisa elencados por Cervo, Bervian e Silva (2007), a saber: a bibliográfica, a descritiva, a experimental e a exploratória, esta se caracteriza pela bibliográfica, pois procura clarificar um determinado assunto a partir de referências teóricas. Neste estudo estas referências remontam à releitura, o mais objetivamente possível, das obras que compõe a Teoria Microeconômica, as quais, em proposta, nutrirão a solvência do problema em análise.

1.5 Estrutura

O presente estudo encontra-se dividido em cinco capítulos, intitulados e ordenados como: Introdução, Marco Teórico, Microfundamentos do Neorrealismo, Microfundamentos do Neoliberalismo Institucional e a Conclusão. A Introdução integra os elementos

responsáveis por circunscrever esta investigação no tocante a sua abrangência e propósito, bem como os argumentos necessários para situar o leitor com relação a sua premência e método de pesquisa.

No Marco Teórico, buscar-se-á cumprir o primeiro objetivo específico, que visa demonstrar a origem e contexto dos conceitos que delineiam a Teoria Microeconômica da qual se servem os teóricos das Relações Internacionais tratados no presente estudo. Nos dois capítulos subsequentes, procurar-se-á atender ao segundo objetivo específico desta pesquisa, que consiste em evidenciar a apropriação dos conceitos microeconômicos por cada autor, dentro de seu respectivo contexto. Por fim, fecha-se a presente monografia levantando-se algumas hipóteses sugeridas pela resenha feita, mais especificamente com relação à forma como se deu a apropriação da Teoria Microeconômica na teorização das Relações Internacionais pelo seu *mainstream*.

2. MARCO TEÓRICO

Ao Marco Teórico cumpre explicar objetivamente os conceitos, modelos e teorias microeconômicas utilizadas como referencial analítico por teóricos do *mainstream* das Relações Internacionais. Esta série de conceitos e modelos, elaborados ao longo de dois séculos, exprimem o “formalismo lógico-empírico” que fundamentariam as Relações Internacionais como “Ciência”. Em sua essência, os esforços de Waltz, Gilpin e Keohane são direcionados para o mesmo problema, já que os três autores procuram, amparados pela Teoria Microeconômica, oferecer a melhor explicação para o comportamento dos Estados e descrever a natureza das relações internacionais.

O “formalismo lógico-empírico” da Teoria Microeconômica, ou o “racionalismo” (KEOHANE, 1988) ou o “positivismo” (LAPID, 1989), une, epistemologicamente, os três autores. Para compreender esta abordagem comum aos três, revisa-se⁶ a literatura microeconômica pertinente ao tema, de Adam Smith à Teoria dos Jogos. Para tanto, se recorrerá a leituras dos textos originais selecionados, bem como de manuais de Teoria Microeconômica e outros estudos significativos, a fim de suprir quaisquer déficits bibliográficos para o estudo deste tema em específico.

2.1 A “Microteoria” de Adam Smith e o Egoísmo Individual

Adam Smith, ao publicar *An Inquiry into the Nature and Causes of Wealth of Nations* em 1776, é consolidado como um dos expoentes do Iluminismo. Devido a essa obra, Smith é considerado o fundador da Economia Moderna, sobre bases “científicas” (NICHOLSON, 2002), cujas primeiras teorias seriam prudentes quanto ao seu nível de generalidade e ocupar-se-iam precipuamente dos problemas sociais de seu tempo:

From Adam Smith to John Stuart Mill and Karl Marx (and excepting David Ricardo), the classical economists were nondisciplinary (the disciplines had not been invented), concerned about the empirical details of the social problems of

⁶ Para fins didáticos, a forma de exposição escolhida não faz uso de expressões matemáticas, ou de representações geométricas, mas apenas dos conceitos que embasam ou resultam destas formulações.

their day, and modest about the degree of generality to which their theories aspired. (BOWLES, 2004, p. 15)

Dentre estes problemas, Bowles (2004) destaca o que chama de “enigma constitucional clássico”, o qual se refere à estruturação das interações sociais de forma a permitir que indivíduos pudessem livremente tomar decisões evitando resultados indesejáveis.

Thomas Hobbes and the other founders of European political philosophy, as well as the great classical economists from Adam Smith to John Stuart Mill, sought to discover the institutions that by addressing problems like these would be most conducive to human well-being. For them an over-arching question was: how can social interactions be structured so that people are free to choose their own actions while avoiding outcomes that none would have chosen? I call this the classical constitutional conundrum. (BOWLES, 2004, p. 24)

Posto de outra maneira, à sua época, um dos maiores desafios às ciências sociais seria compreender o descolamento entre os resultados agregados das interações entre indivíduos e suas ações, ou intenções, individuais. Sob a influência de Mandeville e Hume, economistas, a partir de Smith, direcionam esforços a fim de compreender as relações nada óbvias que ligam ações individuais e seus resultados sociais.

One of the great challenges in the social sciences is to understand how aggregate outcomes are often different from anyone's intent, sometimes better [...] but sometimes worst [...]. Economists specialize in unintended consequences and, since Bernard Mandeville and David Hume, have studied the way the actions of many individuals acting on their own produce aggregate outcomes that nobody intended. The many sophisticated models of this process are one of the distinctive contributions of economics. More important than the models is the insight that no obvious relationship links the motives of the people engaging in an interaction and the normative properties of the aggregate outcomes occurring as a result of their interactions. (BOWLES, 2004, p. 57)

Influenciado pela revolução científica associada a Isaac Newton, para o qual a ordem e a harmonia caracterizariam o universo, Smith procura resolver este enigma, em sua faceta econômica, ao formular o conceito da mão invisível. Esta seria responsável pela constituição da ordem social de forma espontânea e natural, resultante de interesses individuais egoístas.

[...] cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao máximo possível a renda anual da sociedade. Geralmente, na realidade, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios

interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo. (SMITH, 1996, v. 1, p. 438, grifos nossos)

Como aponta Brue (2004), a chave para o entendimento da mão invisível de Smith é a competição. A ação de cada produtor ou mercador que está tentando obter lucro é contida por outros produtores ou mercadores que estão, provavelmente, tentando “ganhar dinheiro”. A competição reduz os preços dos bens e, conseqüentemente, o lucro de cada vendedor.

Em situações em que há, inicialmente, apenas um único vendedor, o lucro extraordinário atrai novos concorrentes que aumentam a oferta e eliminam os lucros excessivos. Em um caminho análogo, os empregadores disputam os melhores empregos e consumidores disputam pelo direito de consumir os produtos. Dito em termos da economia contemporânea, o resultado é que os recursos são alocados para suas aplicações mais rentáveis: assim a eficiência econômica prevalece.

Além disso, devido às economias e aos investimentos dos homens de negócios - novamente, afora de seus próprios interesses, o capital acumula e a economia cresce. A busca do próprio interesse, restrita pela competição, tende, assim, a produzir o bem social de Smith, a produção máxima e o crescimento da economia. Esta perspectiva é ratificada por Nicholson (2002), que ainda identifica no conceito da mão invisível de Smith o ímpeto ao hodierno teorema fundamental do bem-estar:

To Smith, the competitive market system represented the polar opposite from chaos. Rather, it provided a powerful "invisible hand" that ensured resources would find their way to where they were most valued, thereby enhancing the "wealth" of the nation. In Smith's view, reliance on the economic self-interest of individuals and firms would result in a (perhaps surprisingly) desirable social outcome. Smith's initial insights gave rise to modern welfare economics. Specifically, his widely quoted "invisible hand" image provided the impetus for what is now called the "fundamental theorem" of welfare economics—that there is a close correspondence between the efficient allocation of resources and the competitive pricing of these resources. (NICHOLSON, 2002, p. 456).

Pelas palavras do próprio Smith, em aclamada passagem da “Riqueza das Nações”, o bem-estar da sociedade como um todo dependeria, necessariamente, da busca e consecução pelos indivíduos de vantagens para si próprios, considerado utópico o altruísmo (ou a benevolência). Para o autor, a autoestima (no sentido do autointeresse), seria o nexos invisível de uma sociedade civilizada:

Numa sociedade civilizada, o homem a todo momento necessita da ajuda e cooperação de grandes multidões, e sua vida inteira mal seria suficiente para conquistar a amizade de algumas pessoas. No caso de quase todas as outras raças de

animais, cada indivíduo, ao atingir a maturidade, é totalmente independente e, em seu estado natural, não tem necessidade da ajuda de nenhuma outra criatura vivente. O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a autoestima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa. É isto o que faz toda pessoa que propõe um negócio a outra. Dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer — esse é o significado de qualquer oferta desse tipo; e é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos. Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua autoestima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles. (SMITH, 1996, v. 1, p. 74)

Quanto ao método, Cerqueira (2006) aponta que a defesa smithiana do método newtoniano permitiu que muitos leitores concluíssem que ele era um adepto do método axiomático dedutivo e mecanicista que se atribuiu a Newton e que veio a dominar o pensamento econômico contemporâneo. Para tanto, parecem ter contribuído tanto uma compreensão “positivista” do método proposto por Newton quanto uma leitura de Smith que se ateu apenas a suas observações sobre o método de exposição do argumento – método que ele julga ser o mesmo empregado por Descartes e Newton – e desconsidera o papel que a observação e a indução desempenham em relação ao seu método de investigação. No que diz respeito ao primeiro aspecto – expositivo ou retórico –, a ênfase recairia no emprego de alguns poucos princípios familiares com base nos quais os fenômenos devem poder ser deduzidos e conectados. Porém, mesmo admitindo que Smith tenha escrito muito pouco sobre questões de método, seria um equívoco restringir sua concepção metodológica a este aspecto. Nas palavras de Cerqueira (2006, p. 695):

[...] não resta dúvida de que Smith recomenda que a investigação seja conduzida empiricamente, com base na observação e na experimentação (esta última igualada à introspecção). Somente depois que os princípios universais da natureza humana forem obtidos indutivamente é que pode ter início a exposição do sistema com base nestes princípios, conectando-os dedutivamente aos diferentes fenômenos. Neste sentido, Newton e Bacon são, para ele, os exemplos a serem seguidos e foi esta concepção de método que ele materializou em sua filosofia moral e economia política.

2.2 A Revolução Marginalista e o *Homo Economicus*

Intitula-se Revolução Marginalista, ou Neoclassicismo, o desenvolvimento do pensamento econômico ocorrido na segunda metade do século XIX, em parte como reação à Economia Política, ou Clássica (HUNT, 2005). A partir dos princípios fundamentais estabelecidos de forma independente por William Jevons, Carl Menger e León Walras, procurou-se dissociar a Política da Economia, ao atribuir ao estudo e conceituação desta última o rigor lógico e analítico propiciado pela Matemática⁷.

Influenciados pelo Utilitarismo de John Stuart Mill, formulam o conceito de Utilidade Marginal, o qual, de forma subjacente, emerge da Teoria Subjetiva do Valor, opondo-se à Teoria do Valor-Trabalho dos Economistas Clássicos de então. Aquela sustenta que, para que um *objeto* tenha valor econômico, ele deve ser escasso, bem como útil, no sentido de ser capaz de satisfazer algum desejo humano. Em destaque, Mill (1864, p. 9) define o Utilitarismo da seguinte maneira:

Utility, or the Greatest Happiness Principle, holds that actions are right in proportion as they tend to promote happiness, wrong as they tend to produce the reverse of happiness. By happiness is intended pleasure, and the absence of pain; by unhappiness, pain, and the privation of pleasure.

Os economistas neoclássicos, munidos pelo Cálculo, julgavam-se aptos a quantificar esta parcela de prazer, como indica Walras neste excerto da Lição VIII dos *Compêndios*:

Pode-se muito bem enunciar logo de saída que quando um homem troca um objeto por outro é porque o objeto que compra lhe é mais útil que o objeto que vende e que o motivo determinante da troca decorre da consideração de nossas necessidades. Poder-se-ia, mesmo, ir mais longe. Se um homem é possuidor de duas mercadorias, vinho e carne, e dá uma parte de seu vinho para ter um suplemento de carne, pode-se dizer que ele cede a mercadoria da qual tem relativamente muito, para adquirir a mercadoria da qual não tem relativamente bastante; e, dessa forma, já se entrevê mais claramente que na troca buscamos a maior satisfação possível de nossas necessidades. Mas essa análise, feita assim, em linguagem comum, é insuficiente. Podemos precisá-la muito mais e dar-lhe caráter completamente rigoroso e científico, por meio de uma expressão matemática da necessidade ou da utilidade. (WALRAS, 1996, p. 89, grifos nossos)

Jevons justifica o emprego da matemática à Economia por entender que dela é que podem ser derivadas leis, necessárias a todo campo de conhecimento que procura ser científico. Pelo fato de a Economia lidar com quantidades, esta seria uma forma de expressão

⁷ “É claro que, se a Economia deve ser, em absoluto, uma ciência, deve ser uma ciência matemática. Existe muito preconceito em relação às tentativas de introduzir os métodos e a linguagem da Matemática em qualquer dos ramos das ciências morais. Muitas pessoas parecem pensar que as ciências físicas formam a esfera adequada do método matemático, e que as ciências morais requerem outro método — não sei qual.” (JEVONS, 1996, p. 48)

linguística simbólica imprescindível para o estudo de relações complexas, de difícil compreensão se expressos pela linguagem prosaica.

[...] alguns matemáticos eminentes mostraram que gostavam de desvencilhar-se de seus símbolos e expressar seus argumentos e resultados em linguagem tão próxima quanto possível do uso habitual. Em seu *Système du Monde*, Laplace tentou descrever os fatos da Astronomia Física em linguagem corrente; e Thomson e Tait entrelaçam seu grande *Treatise on Natural Philosophy* com uma interpretação em termos usuais, supostamente dentro da compreensão dos leitores em geral. Essas tentativas, embora seus autores sejam eminentes e talentosos, logo revelam os defeitos inerentes à gramática e ao léxico para expressar relações complicadas. Os símbolos dos livros matemáticos não diferem em essência da linguagem; formam um perfeito sistema de linguagem, adaptado aos conceitos e relações que precisamos expressar. Não constituem o modo de raciocínio que corporificam; apenas facilitam sua exposição e compreensão. Se, portanto, em Economia, temos que lidar com quantidades e suas complicadas relações, devemos raciocinar matematicamente; não tornamos a ciência menos matemática ao evitar os símbolos de álgebra — simplesmente nos recusamos a empregar, numa ciência muito imperfeita, que necessita de todo tipo de auxílio, aquele aparato de sinais adequados comprovadamente indispensável em outras ciências. (JEVONS, 1996, p. 48-49)

Jevons argumenta que o preconceito nutrido contra a linguagem matemática advém da sua confusão com a noção de ciência exata. Para o autor não existe tal coisa como a ciência exata, a não ser em sentido comparativo, e exemplifica por meio de analogias às ciências naturais de seu tempo:

A Astronomia é mais exata que as outras ciências porque a posição de um planeta ou de uma estrela permite uma mensuração muito próxima; mas, se examinarmos os métodos da Astronomia Física, descobriremos que são todos aproximados. Toda solução envolve hipóteses que não são realmente verdadeiras: como, por exemplo, que a Terra é uma esfera lisa e homogênea. Mesmo os problemas mais simples de Estática ou Dinâmica são apenas aproximações hipotéticas à realidade. (JEVONS, 1996, p. 49).

Para o autor, o caráter fundamental da ciência não é afetado pela maior ou menor acuidade atingível numa ciência matemática. De fato, sustenta que há dois tipos de ciência, as puramente lógicas e as lógicas e matemáticas, como a Economia:

Podem haver, contudo, dois tipos de ciência — as que são *simplesmente lógicas*, e as que, além de serem lógicas, são também matemáticas. Se houver alguma ciência que determine apenas se uma coisa é ou não — se um evento ocorrerá ou não —, deve ser uma ciência simplesmente lógica; mas se a coisa pode ser maior ou menor, ou se o evento ocorrerá mais cedo ou mais tarde, mais próximo ou mais distante, então entram noções quantitativas e a ciência deve ser matemática em essência, qualquer que seja o nome com que a denominemos. (JEVONS, 1996, p. 50)

A concepção subjetiva do valor, lastreada pelo Utilitarismo de Mill, possibilita a realização de cálculos de satisfação *marginais* para um indivíduo específico, ou seja,

encontrar o valor, ou a utilidade, proporcionado pelo *consumo* de uma unidade adicional de algum *bem*. Na seção “A medição dos sentimentos e impulsos” dos *Princípios*, no capítulo introdutório, explica que:

Muitos leitores poderão [...] considerar completamente impossível criar um cálculo, como aquele aqui observado, porque não temos um meio de definir e medir quantidades de sentimento, da maneira que podemos medir uma milha, ou um ângulo reto, ou qualquer outra quantidade física. Admito que dificilmente possamos criar o conceito de uma unidade de prazer ou sofrimento, de forma que a expressão numérica de quantidades de sentimento pareça estar fora de questão. Mas apenas empregamos unidades de medida em outras coisas para facilitar a compreensão de quantidades, e se podemos comparar as quantidades diretamente não precisamos de unidades. Ora, a mente de um indivíduo é a balança que faz suas próprias comparações, e é o juiz final das quantidades de sentimento. [...] Nunca tento estimar o prazer total obtido ao comprar uma mercadoria; a teoria apenas enuncia que, quando um homem comprou o suficiente obteria tanto prazer da posse de uma pequena quantidade adicional quanto do preço monetário desta. Da mesma forma, todo o montante de prazer que um homem adquire por um dia de trabalho dificilmente entra em questão; quando um homem está indeciso entre aumentar ou não suas horas de trabalho, é que descobrimos uma igualdade entre o sofrimento daquele prolongamento e o prazer, dele derivado, proveniente do aumento de posses. (JEVONS, 1996, p. 53-54).

A esta concepção, soma-se a contribuição posterior de Alfred Marshall, outro expoente do neoclassicismo econômico, ao qual é creditada a formalização do conceito de análise de custo-benefício ou de custo-utilidade. No capítulo “Escolha entre Diferentes Usos de uma Mesma Coisa”, do terceiro livro de seu *Princípios de Economia*, expressa, de forma intuitiva, como um indivíduo toma decisões de alocação de seus esforços.

Segundo o autor, se um indivíduo tem algo que pode empregar em usos diferentes, reparti-la-á entre estes de tal maneira que a coisa tenha a mesma utilidade marginal em todos. Pois, se tiver uma utilidade marginal maior numa coisa que na outra, a pessoa ganhará em retirar certa quantidade do segundo uso e aplicá-la no primeiro. Por exemplo:

[...] o empregado que está na dúvida se irá à cidade de carro, ou se irá a pé para melhorar um pouco o almoço, compara uma com a outra as utilidades (marginais) dos dois diferentes modos de gastar seu dinheiro. E quando uma experimentada dona de casa estimula um jovem casal a dar importância ao fato de anotar contas cuidadosamente, um dos principais motivos do conselho é que eles podem evitar assim o gasto de muito dinheiro impulsivamente, em mobília e outras coisas, pois, embora certa quantidade destas seja realmente necessária, sua utilidade (marginal) não estará proporcional com o custo, se compradas em excesso. E quando, no fim do ano, o jovem casal faz o balanço de seu orçamento, e acha necessário reduzir as despesas em certos pontos, os esposos comparam as utilidades (marginais) dos diferentes itens, pesando a perda da utilidade que resultaria do corte de uma libra esterlina de despesa aqui, como que eles perderiam em cortá-la acolá, eles se esforçam por conseguir suas poupanças de tal sorte que a perda total de utilidade possa ser mínima, e a utilidade global que fica para eles seja a máxima. (MARSHALL, 1996, v. 1, p. 184).

Para que tal raciocínio seja válido do ponto de vista teórico, supõe-se que este indivíduo seja *racional*. Segundo Vilfredo Pareto, de forma semelhante à Mecânica, a qual reduz os corpos a simples pontos materiais, a Economia deveria servir-se, pela mesma necessidade, da abstração do *homo economicus*. Em suas palavras, justifica:

O homem real executa ações econômicas, morais, religiosas, estéticas etc. Exprime-se exatamente a mesma idéia, quando se diz: “estudo as ações econômicas e faço abstração das outras”, ou: “estudo o *homo oeconomicus*, que apenas executa ações econômicas”. Igualmente, exprime-se a mesma idéia sob as duas seguintes formas: “estudo as reações do enxofre e do oxigênio concretos, fazendo abstrações dos corpos estranhos que possam conter”, ou: “estudo as relações entre o enxofre e o oxigênio quimicamente puros”. Esse mesmo corpo que considero como quimicamente puro tendo em vista um estudo químico, posso considerá-lo como um ponto material tendo em vista um estudo mecânico; posso considerar apenas sua forma, tendo em vista um estudo geométrico etc. O mesmo homem que considero como *homo oeconomicus* para um estudo econômico, posso considerá-lo como *homo ethicus* para um estudo moral, como *homo religiosus* para um estudo religioso etc. O corpo concreto compreende o corpo químico, o corpo mecânico, o corpo geométrico etc.; o homem real compreende o *homo oeconomicus*, o *homo ethicus*, o *homo religiosus* etc. Em suma, considerar esses diferentes corpos, esses diferentes homens, corresponde a considerar as diferentes propriedades desse corpo real, desse homem real e visa apenas a cortar em fatias a matéria que deve ser estudada. (PARETO, 1996, p. 41)

Robbins, procurando sintetizar o legado intelectual neoclássico, considera a suposição do *homo economicus* necessária pela própria natureza da Economia, a qual se caracterizaria pelo estudo do comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos, os quais podem ter usos alternativos. A racionalidade, que neste sentido hodiernamente é tida como clássica, é considerada como uma condição plausível para a validade dos fins à que se propõe a Ciência Econômica. De acordo com o próprio autor:

[...] *homo oeconomicus* — the purely formal assumption that in certain exchange relationships all the means, so to speak, are on one side and all the ends on the other. If e.g., for purposes of demonstrating the circumstances in which a single price will emerge in a limited market, it is assumed that in my dealings in that market I always buy from the cheapest seller, it is not assumed at all that I am necessarily actuated by egotistical motives. On the contrary, it is well known that the impersonal relationship postulated is to be seen in its purest form when trustees, not being in a position to allow themselves the luxury of more complicated relationships, are trying to make the best terms for the estates they administer. All that it means is that my relation to the dealers does not enter into my hierarchy of ends. (ROBBINS, 1932, p. 89)

Por último, mas não menos importante, é o conceito de eficiência para a Economia Neoclássica. Este pode ser entendido como a maximização da utilidade global, oriundo do esgotamento dos ganhos de troca proporcionados por um mercado competitivo, e coincide

com o ponto de equilíbrio deste (VARIAN, 2003). Fiani (2009, p. 102) proporciona o seu entendimento de forma concisa:

Quando uma situação de pelo menos um agente melhora, sem que a situação de nenhum dos outros agentes piore, diz-se que houve uma *melhoria paretiana*, ou uma melhoria no sentido de Pareto. Da mesma forma, se em uma dada situação não é mais possível melhorar a situação de um agente sem piorar a de outro, diz-se que essa situação é um *ótimo de Pareto* o que significa que, dadas as circunstâncias, ganhos de eficiência não são mais possíveis.

2.3 Teorias de Falhas de Mercado

No decorrer do século XX, uma série de economistas tidos hoje como Novos Institucionalistas⁸ buscaram incrementar a capacidade analítica neoclássica, então dominante e alvo de severas críticas. Ao objetivar a criação de novos conceitos, buscaram explicar o porquê que os mercados, em certas condições, geravam em resultados sub-ótimos (ineficientes). Para fins de modelagem matemática à sua época, a análise neoclássica teve que lançar mão de premissas simplificadoras, como a de que mercados seriam competitivos e que seus agentes estivessem munidos de plena informação. À medida que é percebida a necessidade de estender a capacidade explicativa da Economia, esses autores se lançam a estudos específicos sobre as falhas de mercado, como Externalidades, Bens Públicos, problemas associados à informação, entre outros. Nas seções a seguir, busca-se explicar objetivamente cada uma destas ideias, levando em consideração as contribuições de seus principais autores.

2.3.1 Custos de Transação, Externalidades e o Teorema de Coase

O conceito de custos de transação foi introduzido por Ronald Coase, através do seu influente artigo *The Nature of the Firm*, de 1937. Neste, Coase oferece uma explicação econômica do porquê de os indivíduos escolherem formar parcerias, empresas e outras

⁸ Cf. *International Society for New Institutional Economics* <www.isnie.org>.

organizações comerciais, ao invés de negociar bilateralmente através de contratos em um mercado.

Coase argumenta que há uma série de custos, a qual chamou de custos de transação, para usar os meios proporcionados pelo mercado. Verificou que o custo da obtenção de um bem ou serviço através do mercado é maior do que apenas o preço do bem. Outros custos, incluindo pesquisa e informação, custos de negociação, segredos comerciais, os custos de policiamento e fiscalização, podem potencialmente aumentar o custo de obter algo através do mercado. Para o autor, isso sugere que as empresas irão surgir quando eles podem organizar para produzir o que eles precisam de alguma forma internamente e evitar esses custos.

Outro conceito seminal para a Microeconomia (e também para o Direito) elaborado por Coase é o de externalidades. Em *The Problem of Social Cost*, de 1960, introduz esse problema ao focar “*those actions of business firms which have harmful effects on others*” (COASE, 1960, p. 1). Coase argumenta que, se vivêssemos em um mundo sem custos de transação, os indivíduos negociariam diretamente um com o outro, produzindo uma distribuição mais eficiente dos recursos do que a comparada com a distribuição dos mesmos por determinação judicial.

Coase usou como exemplo um caso no qual dois vizinhos, um confeitiro barulhento e um médico entraram em conflito, quando este foi ao tribunal, pois suas consultas eram atrapalhadas pelo barulho feito pela maquinaria do outro, em um exemplo de externalidade (negativa). Coase argumenta que, independentemente do que juiz determinasse, eles poderiam empreender uma barganha mutuamente benéfica sobre quem deveria mudar seu comportamento. Segundo o próprio autor, a solução ótima depende do análise do custo-benefício para ambas as partes: “*The solution of the problem depends essentially on whether the continued use of machinery adds more to the confectioner’s income than it subtracts from the doctor’s*” (COASE, 1960, p. 9).

Se não houvesse custos de fazer uma transação, as determinações legais seriam irrelevantes para a maximização do resultado para ambos. Como no mundo real há custos de negociação e coleta de informação, as normas jurídicas são justificadas na medida de sua capacidade de atribuição de direitos ao mais eficiente. Estes argumentos formam a base daquilo que seria conhecido como o teorema de Coase. Como Pindyck e Rubinfeld (2006, p. 571) sintetizam, este seria o “princípio segundo o qual, quando as partes envolvidas podem negociar sem custo e para o benefício de todos envolvidos, o resultado será eficiente, independentemente de como estejam alocados os direitos de propriedade”.

2.3.3 Bens Públicos e a Lógica da Ação Coletiva

Paul A. Samuelson é tido como o primeiro economista a desenvolver formalmente a teoria dos bens públicos. Com apenas três páginas, o artigo *The Pure Theory of Public Expenditure*, define bem público, ou bens de consumo coletivo, como bens “*which all enjoy in common in the sense that each individual's consumption of such a good leads to no subtractions from any other individual's consumption of that good*” (SAMUELSON, 1954, p. 1).

Esse postulado é conhecido hodiernamente como o princípio da não rivalidade, característica inerente a um bem não disputável, que somada ao princípio da não exclusividade, o qual informa que nenhum indivíduo é privado do seu consumo, definem o conceito atual de bens públicos (PINDYCK; RUBINFELD, 2006).

Um problema recorrentemente atribuído à existência de bens públicos é a de incentivar indivíduos racionais, no sentido equivalente ao *homo economicus*, a agirem como *free-riders*, que, de acordo com Pindyck e Rubinfeld (2006, p. 578) remete ao conceito de “consumidor ou produtor que não paga por um bem não exclusivo [público] na expectativa de que outros o façam.”.

Um segundo problema associado à provisão de bens públicos é o da tragédia dos comuns, identificado pelo ecologista Garret Hardin, em artigo homônimo de 1968. Refere-se a um dilema decorrente da situação em que várias pessoas, agindo de forma independente e racionalmente, acabarão por esgotar um recurso compartilhado limitado, mesmo quando é evidente que não é do interesse de nenhum indivíduo que isso aconteça no horizonte de longo prazo (HARDIN, 1968, p. 1243-1244).

Ambos os problemas já haviam sido considerados em *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*, de Mancur Olson (1965). Olson argumentara que indivíduos pertencentes a qualquer grupo que age coletivamente tentando prover bens públicos, isto é, de acesso irrestrito, terão incentivos em “*free ride*” devido aos esforços empreendidos pelos outros membros. Essa situação só seria revertida se o grupo estabelecer critérios de acesso apenas para os membros que participam ativamente na provisão destes bens.

The logic of collective action undermines the assumption that common interests are always promoted by their beneficiaries. Where the number of beneficiaries is large,

the benefits of collective action are a public good: beneficiaries will gain whether or not they participate in promoting them, while their individual efforts cannot secure them. Small groups can use selective incentives to ensure that their members contribute to promoting their common interests. This typically results in the paradoxical "exploitation of the great by the small". The logic of collective action helps explain many notable examples of economic growth and stagnation since the Middle Ages. (Olson, 2008)

A lógica da ação coletiva de Olson prevê que a prestação de um bem público tem maior probabilidade de falhar quando o tamanho do grupo que o consome é grande, situação na qual os bens públicos ofertados são caracterizados como parcialmente rivais, e desta forma, o custo privado de provê-lo é relativamente mais alto. No caso de um bem público puro, isto é, no caso em que são válidos os princípios da não rivalidade e não exclusividade, essa lógica não é mais aplicável. (Myatt, 2008) Assim, sem incentivos para motivar a participação, a ação coletiva (isto é, em conjunto) é improvável de ocorrer, mesmo quando grandes grupos de pessoas com interesses em comum existem.

2.3.4 Incerteza: Informação Assimétrica e Risco Moral

Em *The Market for Lemons: Quality Uncertainty and Market Mechanism*, de 1970, George Akerlof descreve como a interação entre a heterogeneidade de qualidade e informação assimétrica pode levar ao desaparecimento de um mercado onde as garantias são indefinidas. Neste modelo, no qual analisa o mercado de carros usados, a qualidade é indistinguível de antemão pelo comprador (devido à assimetria de informação), existindo incentivos para o vendedor para passar bens (carros) de baixa qualidade como os de maior qualidade. (AKERLOF, 1970, p. 487-490)

O comprador, no entanto, leva em consideração esse incentivo, sendo incerta a qualidade dos produtos. Apenas a qualidade média dos bens pode ser considerada, que por sua vez terá o efeito colateral de que as mercadorias que são acima da média em termos de qualidade serão negociadas fora do mercado (AKERLOF, *Ib.*; loc. cit.).

Já o conceito de "*moral hazard*" foi objeto de estudo de Kenneth Arrow na década de 1960, sendo o termo utilizado para descrever uma situação em que há uma tendência a assumir riscos indevidos, porque os custos não são suportados pela parte que de fato assume o risco.

Ao discutir a diferenciação de serviços de assistência médica nos EUA, em *Uncertainty and the Welfare Economics of Medical Care*, Arrow aponta problemas associados ao seguro médico e aos incentivos dos profissionais desta área:

One of the limits which has been much stressed in insurance literature is the effect of insurance on incentives. What is desired in the case of insurance is that the event against which insurance is taken be out of the control of the individual. Unfortunately, in real life this separation can never be made perfectly. The outbreak of fire in one's house or business may be largely uncontrollable by the individual, but the probability of fire is somewhat influenced by carelessness, and of course arson is a possibility, if an extreme one. Similarly, in medical policies the cost of medical care is not completely determined by the illness suffered by the individual but depends on the choice of a doctor and his willingness to use medical services. It is frequently observed that widespread medical insurance increases the demand for medical care. [...]. To some extent the professional relationship between physician and patient limits the normal hazard in various forms of medical insurance. By certifying to the necessity of given treatment or the lack thereof the physician acts as a controlling agent on behalf of the insurance companies. Needless to say, it is a far from perfect check; the physicians themselves are not under any control and it may be convenient for them or pleasing to their patients to prescribe more expensive medication, private nurses, more frequent treatments, and other marginal variations of care. (ARROW, 1963, p. 146)

2.3.5 Racionalidade Limitada

De acordo com Selten (1999) racionalidade limitada, apesar de não poder ser precisamente conceituada, remete à ideia de que na tomada de decisões, a racionalidade dos indivíduos é limitada pela informação possuída, pelas suas limitações cognitivas, e a quantidade finita de tempo que têm de tomar uma decisão. Proposta por Herbert Simon como uma base alternativa para a modelagem matemática do processo decisório, como usado em Economia e disciplinas afins, complementa a racionalidade como otimização, entendendo a decisão como um processo totalmente racional de encontrar uma opção ideal, dada a informação disponível.

Outra maneira de olhar para a racionalidade limitada é que, como os tomadores de decisão não têm a capacidade e recursos para chegar à solução ideal, eles procuram atingir ou respeitar um nível minimamente satisfatório (*satisficing level*). Assim, o tomador de decisão é um “*satisficer*”, alguém que busca uma solução satisfatória e não uma ideal ou ótima. Simon usou a analogia de um par de tesouras, cuja uma lâmina é a “limitação cognitiva” dos seres humanos reais e a outra a “estrutura do ambiente”. (GIGERENZER; SELTEN, 2001, p. 4).

2.4 A Teoria da Escolha Racional e o Dilema dos Prisioneiros

De acordo com Fiani (2009), a teoria dos jogos como é conhecida contemporaneamente está associada à publicação de *The Theory of Games and Economic Behavior* em 1944, por John Von Neumann e Oskar Morgenstern. Desde então, a teoria dos jogos tem servido ao propósito de compreender o processo de decisão de agentes que interagem estrategicamente entre si, a partir da compreensão lógica da situação em que estão envolvidos, cujos possíveis resultados nem sempre correspondem ao da intuição. Se esta interação estratégica for entre agentes tidos como racionais, elas podem ser analisadas formalmente como um jogo (FIANI, 2009, p. 9-12). Esta conceituação vai ao encontro da proporcionada por Rubenstein e Osbourne (1994, p. xiii):

Game Theory is a bag of analytical tools designed to help us understand the phenomena that we observe when decision-makers interact. The basic assumptions that underlie the theory are that decision-makers pursue well-defined exogenous objectives (they are rational) and take into account their knowledge or expectations of other decision-makers' behavior (they reason strategically).

A racionalidade dos agentes significa supor que os indivíduos empregam os meios mais adequados aos objetivos que buscam, independentemente de quais são esses objetivos. Ou seja, é a coerência entre os meios e os fins dos agentes. No entanto, em teoria dos jogos, os agentes são caracterizados por adotar um comportamento estratégico. Isto significa que cada jogador (ou agente) ao tomar sua decisão, está ciente de que os jogadores interagem entre si, e que, desta maneira, “sua decisão terá consequências sobre os demais jogadores, assim como as decisões dos outros jogadores terão consequências sobre ele.” (FIANI, 2009, p. 13).

A Teoria da Escolha Racional (TER) significa “a teoria que parte das preferências dos jogadores para entender suas escolhas, assumindo como um princípio básico a ideia de que os jogadores são racionais.” (FIANI, 2009, p. 23). Esta definição é a mesma expressa por Harsanyi (1969), em outras palavras.

[...] classical economics has substantially increased the explanatory power of the concept of rational behavior, by extending it from choices between alternative means to a given end, to choices between alternative ends. Under this more general concept, a person's behavior will be rational if he chooses among different goals according to a consistent scale of preferences, that is, according to the relative

importance or utility he assigns to each particular goal (HARSANYI, 1969, p. 515).

O Dilema dos Prisioneiros (DP) é um dos jogos mais estudados da teoria dos jogos (FIANI, 2009), “por retratar de modo penetrante uma situação paradoxal: a busca do melhor por parte de cada jogador produz um resultado não ótimo do ponto de vista do conjunto dos jogadores” (PRADO, 1999, p. 1).

Sobre o dilema envolvido no DP, Rapoport e Chammah (2009, p. ix) comentam:

Prisoner’s Dilemma is the nickname given to the two-choice situation which [...] was designed by game theoreticians, as a example of a game which has no satisfactory solution. That is to say, whatever choice is recommended by “rational considerations” has something wrong with it in spite of the fact that nothing remains unknown about the situation. In other words, the chooser cannot do better by finding out more. Hence the dilemma.

Ainda sobre o DP, Bowles (2004, p. 38) acrescenta:

Most social interactions are such that both common interest and conflict aspects are present. Driving on the right- or the left-hand side of the road is a matter of indifference to most people as long as others do the same. By contrast, while there are mutual gains to all people’s speaking the same language, people are far from indifferent about which language they speak; thousands have died in wars on the subject. One of the reasons why the prisoners’ dilemma has attracted so much attention is that it combines both common interest and conflict aspects. (BOWLES, 2004, p. 38)

O jogo do DP descrito didaticamente por Fiani (2009, p. 110-111), diz respeito a uma situação na qual dois homens são presos, mas a polícia não possui informações suficientes para uma condenação. A polícia isola⁹ então os dois suspeitos, e oferece um acordo semelhante a ambos: se um confessar o crime (deserção), e o outro não (cooperação), o traidor será libertado e o seu parceiro será penalizado com quatro anos de prisão. Se ambos permanecem em silêncio, isto é, se cooperarem entre si e não confessarem, ambos são condenados a apenas um ano na prisão, por uma acusação menor. No entanto, ambos os prisioneiros não sabem desta condição. Se ambos optarem pela deserção, isto é, traírem-se e confessarem o crime, cada um recebe uma sentença de dois anos. Desta forma, cada prisioneiro deve escolher entre trair (desertar) ou permanecer em silêncio (cooperar).

⁹ Os suspeitos não podem se comunicar, e assim, estão impedidos de estabelecer compromissos entre si para optarem pela não confissão. Isso implica dizer que o jogo é não-cooperativo.

O jogo pode ser representado pela seguinte matriz de *payoffs*¹⁰, em que C responde pela estratégia de cooperação e D indica a estratégia de deserção (sinais negativos indicam que o tempo na prisão é algo que os prisioneiros pretendem minimizar):

Prisioneiro A	Prisioneiro B	
	Confessa (D)	Não Confessa (C)
Confessa (D)	-2, -2	0, -4
Não Confessa (C)	-4, 0	-1, -1

Matriz de *payoffs* baseado em Fiani (2009, p. 111). Elaboração nossa.

O DP, se jogado em apenas uma rodada (*single play*), tem uma solução determinada, se for considerado que os prisioneiros sejam racionais (TER). O resultado é que ambos “confessarão o roubo: se um deles escolhesse não confessar, seria prejudicado pelo outro, que anularia sua pena confessando.” (FIANI, 2009, p. 111). O dilema advém do fato que o equilíbrio de Nash¹¹ resulta em uma situação não ótima no sentido de Pareto, porque a não cooperação (D, D) entre os prisioneiros acaba por gerar recompensas menores do que indica a escolha conjunta mais eficiente (C, C).

Não obstante, é possível também analisar este jogo de também de forma iterada, isto é, repetida. Tal possibilidade foi explorada por Robert Axelrod em *The Evolution of Cooperation*, de 1984 (PRADO, 1999). Sob esta condição o jogo passa a ter uma história, e assim, as decisões pretéritas de cada jogador são levadas em consideração para a tomada de decisão por cada jogador. O DP é tomado como o jogo-base a partir do qual o número de repetições do mesmo é considerado infinito, no sentido de que os jogadores não sabem quando será sua última rodada. Desta maneira, inúmeras possibilidades de solução emergem, a partir do surgimento de diversos subjogos¹².

Uma condição chave para a emergência da cooperação entre os dois jogadores parte da suposição de que ambos sejam capazes de realizarem cálculos de preferências intertemporais, associados a um fator de desconto de cada um (FIANI, 2009, p. 282-289). Isto significa que os jogadores devem ter a capacidade de ponderar suas preferências entre ganhos futuros e presentes. Prado (1999, p.4) afirma que “o que torna a cooperação possível é a própria

¹⁰ Recompensa, em termos de utilidade.

¹¹ Equilíbrio de Nash: resultado da estratégia na qual cada jogador faz sua escolha ótima, dada a escolha dos demais jogadores, não havendo incentivo para qualquer jogador de se desviar de sua escolha (VARIAN, *Ibid.*, p. 545).

¹² “O conceito de subjogo está relacionado aos possíveis desdobramentos de um processo de interação estratégica em que os jogadores tomam suas decisões em uma ordem pré-determinada.” (FIANI, *Ibid.*, p. 221).

possibilidade do reencontro num horizonte temporal de duração indeterminada. A possibilidade de repetição da interação interliga os resultados de cada uma delas com os das suas subseqüentes”.

Como indicado anteriormente, o DP pode ser interpretado¹³ como uma “uma questão fundamental que diz respeito à própria constituição da sociedade” (HOFSTADTER, 1986 apud PRADO, 1999, p. 4). Este é propósito ao qual serve a tese de Axelrod:

Sob que condições a cooperação emergirá num mundo de egoístas e sem autoridade central? Esta questão intrigou muitos durante muito tempo - e por boas razões. Sabemos que as pessoas não são anjos e que elas tendem em primeiro lugar a se preocupar consigo mesmas e com o que lhes pertencem. Sabemos que a cooperação existe e que a civilização se baseia nela. Porém, em situações em que cada indivíduo tem incentivo apenas para ser egoísta, como ela poderá se desenvolver? (AXELROD, 1984 apud PRADO, 1999, p. 3).

Prado (1999, p. 4) explica que Axelrod (1984) proporciona um contraponto à concepção de ordenamento social atribuída a Hobbes:

O contraponto às suas pré-concepções ele [Axelrod] encontrou em Hobbes. Este autor clássico, como lembra o próprio Axelrod, acreditava que a ordem entre indivíduos egoístas só poderia ser assegurada por meio de um poder absoluto. Sem o peso da mão visível de uma autoridade central, os homens viveriam no estado de natureza em que prevaleceria a luta de todos contra todos. Hobbes argumentara, então, que para agregar os homens no estado social era imperioso que existisse um estado forte. De modo contrário, Axelrod pretendeu mostrar que a cooperação pode emergir espontaneamente entre indivíduos que buscam o seu próprio interesse, desde que na interação entre eles impere um princípio de reciprocidade.

O princípio da reciprocidade o qual Prado menciona corresponde à estratégia de ação conhecida como *tit-for-tat*¹⁴:

Os resultados dos torneios efetuados por Axelrod mostraram que havia uma estratégia que se sobressaía sempre como vencedora e que fora chamada pelo seu inventor, Anatol Rapoport, de “*tit-for-tat*”. Esta estratégia, que impressionava pela simplicidade, consistia em cooperar no primeiro movimento para, depois, replicar com o mesmo comportamento da estratégia adversária na rodada anterior: se este era de cooperação, ela manda cooperar; se não o era, ela manda optar pela defecção. Axelrod concluiu, então, que a cooperação podia emergir num mundo formado por egoístas e sem autoridade central e que, para tanto, era necessário que houvesse a possibilidade da interação repetida. (PRADO, 1999, p. 5).

¹³ O documentário *Nice Guys Finish First* (BBC Horizon Series, 1986), apresentado pelo biólogo evolucionista Richard Dawkins, ilustra a aplicabilidade transdisciplinar do Dilema dos Prisioneiros.

¹⁴ Em tradução livre, “olho por olho”.

3. MICROFUNDAMENTOS DO NEORREALISMO

Este capítulo objetiva evidenciar o emprego da Teoria Microeconômica pela linha Neorrealista. No entanto a fim de proporcionar maior compreensão para o leitor estranho às Relações Internacionais, é necessário contextualizar suas apropriações, pois cada qual faz uso dos conceitos e modelos em conformidade com suas perspectivas da *world politics*.

Estas, as quais estão entre as obras que constituem o marco teórico do *mainstream* contemporâneo das Relações Internacionais, se diferenciam de outras abordagens pela metodologia empregada, ou seja, pela sua formalização lógica. Desta forma, em maior ou menor medida, torna-se imprescindível ancorá-las epistemologicamente, antes de apresentá-las.

Procurando manter a ordenação histórica, inicia-se o capítulo com o Neorrealismo Estrutural formulado por Kenneth Waltz, sendo seguida pela variante proposta por Robert Gilpin, que supre uma lacuna (intencionalmente) deixada por Waltz.

3.1 O Neorrealismo Estrutural de Kenneth Waltz

Em seu capítulo inicial, Kenneth Waltz apresenta os três propósitos de *Theory of International Politics* (1979, p. 1): a) examinar as teorias de política internacional que se afirmam como sendo importantes ao assunto; b) construir uma teoria de política internacional que sane as falhas destas teorias; c) examinar as aplicações desta. Para que tal tarefa seja cumprida, julga necessário definir o que são teorias e determinar quais são os requisitos necessários para testá-las.

Waltz então inicia sua exposição ao conceituar o que é lei e o que é teoria. A primeira, lastreada por certo consenso, é caracterizada pelo estabelecimento de relações entre variáveis, as quais são conceitos que admitem diversos valores; já a segunda, deveria divergir das definições dadas pelo indutivismo e pelo método hipotético-dedutivo, então empregadas por alguns de seus rivais teóricos.

Waltz destaca que o indutivismo seria uma ilusão, em concordância com o antropólogo estruturalista Lévi-Strauss, pois estaria baseado na crença de que a conquista da

verdade se daria pelo acúmulo de dados e pelo exame de mais e mais casos reais. Este processo se daria pela “coleção de leis” que seriam descobertas de forma cumulativa através da experiência, e que culminaria, através da indução, na construção de um “edifício da verdade”.

Waltz adverte que o que se admite como realidade é uma elaborada concepção construída e reconstruída através dos séculos. Afirma que o que realidade emerge da nossa seleção e organização de materiais que estão disponíveis em quantidade infinita. Os indutivistas, de acordo com Waltz, definiriam teorias como hipóteses que seriam confirmáveis empiricamente e conectáveis entre si.

No entanto, pondera que o conhecimento empírico é sempre problemático, pois a experiência frequentemente nos engana. Considera que, desde que o conhecimento empírico é potencialmente infinito em extensão, sem algum direcionamento, não poderíamos saber qual informação coletar nem como reuni-la a fim de torná-la compreensível.

A forma teórica seguida por Waltz é elaborada a partir de enunciados gerais que sejam capazes de explicar as associações determinantes ou probabilísticas identificadas pelas leis. As teorias, de acordo com o autor, devem mostrar o porquê de essas associações ocorrerem, a partir desses enunciados. As leis, originadas da observação da realidade, estariam sujeitas a testes experimentais a fim de comprovar sua verdade. Para o autor, das leis pergunta-se: são elas verdadeiras?

No entanto, as teorias não estariam atadas à realidade, pois elas são formadas a partir de noções teóricas. Segundo Waltz, as teorias em geral não podem ser construídas apenas indutivamente, através do acúmulo de dados e casos reais, mas sim através de noções teóricas. Em contraposição às hipóteses do método indutivista, as noções teóricas podem apenas ser inventadas, não descobertas.

As noções teóricas, que podem adquirir a forma de um conceito ou suposição, não explicam ou sequer preveem, e nem são falsas ou mesmo verdadeiras. Noções teóricas, para Waltz, são justificadas pelo sucesso da teoria que as emprega. Desta forma, às teorias limita-se a pergunta: quão grande é seu poder explanatório? Em seguida, exemplifica sua perspectiva em alusão às ciências naturais:

Galileo took bold steps away from the real world in order to explain it. Aristotle believed that objects are naturally at rest and that effort is required to move them; Galileo assumed that both rest and uniform circular motion are natural and that an object remains in either of these conditions in the absence of outside forces. Newton conceived of a uniform rectilinear motion. The theory he devised to explain it introduced such theoretical notions as point-mass, instantaneous acceleration,

force and absolute space and time, none of which can be observed or experimentally determined. At each step, from Aristotle, through Galileo to Newton, the theoretical concepts became bolder - that is, further removed from our sense experience". (WALTZ, 1979, p. 5-6)

E pontua:

Theories are speculative processes introduced to explain them (laws). Experimental results are permanent; theories, however well supported, many not last. Theory explain laws. This meaning does not accord with philosophical interpretation than with theoretical explanation. It does correspond to the definition of the term in the natural sciences and in some of the social sciences, especially economics. (WALTZ, 1979, p. 6, grifo nosso)

A realidade é e deve ser distinta da teoria ou modelo que a representa. Para o autor, cientistas políticos geralmente pensam que o melhor modelo é o que descreve a realidade, mas esta ideia, no entanto, é repudiada pelo mesmo.

Explica, para evidenciar sua posição, que modelos são utilizados de duas maneiras. Num sentido, um modelo representa uma teoria. Em outro, descreve a realidade enquanto a simplifica, seja pela omissão ou redução da escala. Se um modelo se afasta muito da realidade, ele se torna inútil. O poder explanatório de um modelo, todavia, é obtido ao descolá-lo da realidade, e não permanecendo próximo a ela. Uma descrição completa da realidade teria, desta maneira, um menor poder explanatório; uma teoria “elegante”, no entanto, um maior.

Ao modelar uma teoria, o pesquisador procura por formas sugestivas de captar a teoria, e não a realidade com a qual esta se relaciona. O modelo apresenta a teoria, estando suas noções teóricas necessariamente omitidas, através de expressões matemáticas, mecânicas, orgânicas ou outras.

Conforme Waltz, alguns cientistas políticos entendem modelos como se estes devessem projetar a realidade, só que em escala menor, como aeromodelos. Exemplifica que estes criticam o modelo centrado no Estado (*state centric*) das Relações Internacionais, pois, supostamente, ele estaria longe de ser real. Depois tentariam elaborar modelos os quais espelhariam a realidade. Se seus esforços fossem bem sucedidos, o modelo e o mundo real se tornariam o mesmo.

No entanto, o erro no qual estariam a incorrer seria o oposto ao advertido por Immanuel Kant, isto é, pensar que o que é verdadeiro em uma teoria pode não o ser na prática. Segundo Waltz, esta advertência de Kant não implica que teoria e prática sejam idênticos.

Se a distinção é preservada, torna-se óbvio que a indução a partir daquilo que é observável não pode por si mesma gerar uma teoria que explica o observável. Waltz justifica que a teoria se separa da realidade, a fim de poder lidar intelectualmente com a mesma:

If a theory is not an edifice of truth and not a reproduction of reality, then what is it? A theory is a picture, mentally formed of a bounded realm or domain of activity. A theory is a depiction of the organization of a domain and of the connections among its parts. The infinite materials of any realm can be organized in endlessly different ways. A theory indicates that some factors are most important than others and specifies relations them. In reality, everything is related to everything else, and one domain cannot be separated from others. Theory isolates one realm from all others in order to deal with it intellectually. To isolate a realm is a precondition to develop a theory that will explain what goes on within it. [...] The question, as ever with theories, is not whether the isolation of a realm is realistic, but whether it is useful. And usefulness is judged by explanatory and predictive powers of a theory that may be fashioned. (WALTZ, 1979, p.8)

As teorias se relacionam indiretamente com a realidade, através da experimentação e da observação. Logo, explica Waltz, a declaração de que nenhuma teoria pode ser comprovada como verdadeira. Se a “verdade” estivesse em questão, ela deveria ser endereçada às leis, não às teorias. Daí a expressão do químico norte-americano James B. Conant, a de que uma teoria só perde o trono para uma outra teoria que seja melhor.

Da forma semelhante, o determinismo científico torna-se fraco e tende à aleatoriedade à medida que a ciência se aproxima de uma grande síntese unitária. Assim é, pois teorias não são apenas descobertas, mas também fruto de criações artísticas, modeladas ao gosto e estilo de uma mão única, de acordo com John Rader Platt¹⁵, físico norte-americano, em citação por Waltz. Desta forma, teorias constroem “uma” realidade, e ninguém pode afirmar que estas sejam “a” realidade.

Waltz então parte para a explicação de como elaborar uma teoria, e aí contrapõe a sua teoria sistêmica da política mundial às teorias que chama de reducionistas. A teoria reducionista, no entender de Waltz, é aquela que explica o comportamento e a interação das partes, sem atribuir eventuais causas sistêmicas que estão em jogo.

Cientistas políticos tradicionais, como Hans Morgenthau e Henry Kissinger, ou modernos, como J. David Singer, seriam reducionistas. Também seriam Thorstein Veblen e Joseph Schumpeter, pois explicariam o imperialismo e a guerra de acordo com o desenvolvimento social interno de cada país; ou ainda John A. Hobson, que os explica a partir do arranjo econômico interno dos países.

¹⁵ Cf. Platt (1956).

Teorias sistêmicas são aquelas que explicam como a organização de um domínio constrange e direciona os vetores das unidades que o compõe. Uma teoria sistêmica da Política Internacional lida com as forças que condicionam o comportamento dos agentes em âmbito internacional, e não doméstico. Waltz, então, passa a construir sua teoria sistêmica à semelhança da “teoria dos mercados”.

This question then arises: with both systems-level and unit-level forces in play, how can one construct a theory of international politics without simultaneously constructing a theory of foreign policy? The question is exactly like asking how an economic theory of markets can be written in the absence of a theory of firm. The answer is “very easily”. Market theory is a structural theory showing how firms are pressed by market forces to do certain things in certain ways. Whether and how well they will do then varies from firm to firm, with variations depending on their different internal organization and management. An international theory does not imply or require a theory of foreign policy any more than a market theory implies or requires a theory of the firm. (WALTZ, 1979, p. 72-73, grifo nosso)

Uma teoria sistêmica, a fim de pautar-se pela elegância, ou seja, ser capaz de generalizar suas explicações e previsões, deve ser capaz de explicar fenômenos contínuos e recorrentes. Da Política Internacional seria explicar porque as guerras ocorrem e indicar algumas das condições que fazem delas mais ou menos prováveis; não prever a eclosão de guerras singulares, mas sim o que esperar e porque esperar que elas ocorram.

Abordagens estruturais, como a proposta por Waltz, são descritas pelo próprio como vítimas de crítica por, aparentemente, ser um conceito estático e vazio. Responde que parecem estáticas pois duram por longos períodos, contudo, são dinâmicas, afetando o comportamento de seus agentes e com isso o resultado de suas interações.

A vantagem de adotar-se esta abordagem residiria no fato de que, sendo a estrutura durável, torna-se fácil ter uma vista panorâmica de seus efeitos porque são repetidamente os mesmos. Logo, espera-se o mesmo resultado, *grosso modo*, das ações dos Estados em condição anárquica. Quanto ao ser um conceito vazio, Waltz concorda e atribui a isso sua fonte de elegância e poder. Estruturas não são detalhistas em seu conteúdo, mas ajudam a compreender grandes, importantes e duradouros padrões.

Waltz adverte que, no entanto, as estruturas podem mudar. Uma mudança estrutural caracteriza uma revolução, por meio da violência ou não, pois novas expectativas surgem a respeito das consequências que virão dos atos e da interação de suas unidades, cujas posições no sistema se alteram com a mudança na estrutura. Ao longo dos sistemas, uma teoria explica as mudanças. Uma teoria de política internacional só pode ser bem sucedida se definidas as

estruturas políticas de modo a identificar suas causas e mostrar como estas variam de acordo com a estrutura.

Nações mudam em forma e propósito; avanços tecnológicos são conquistados; meios de defesa são radicalmente transformados; alianças são formadas e rompidas. Estas são mudanças dentro dos sistemas, e tais mudanças ajudam a explicar as variações na política internacional decorrentes destas. Estando a estrutura definida, é necessário evidenciar que mudanças em nível de estrutura podem ser separadas (e assim mantidas) das mudanças no nível das unidades que a compõe.

Afirma ainda que explicações oriundas do nível das unidades (*low-level explanations*) são descartáveis, pois as consequências em âmbito internacional permanecem sendo as mesmas, apesar de variações ocorridas nos atributos e nas interações dos agentes que supostamente as causam. Como pode ser explicada esta diferença entre causas observáveis e seus efeitos? Quando as supostas causas variam mais que as suas consequências, sabe-se que as causas foram incorretamente ou incompletamente especificadas.

Teorias explicam as regularidades e levam a expectativa de que o produto da interação dos agentes pode ser determinado dentro de um limite esperado. No entanto, o comportamento dos chefes de Estado é indeterminável. Como poderia então uma teoria de Política Internacional, a qual deve compreender um comportamento que é indeterminável, ser construída? Esta seria a maior questão não respondida no âmbito do estudo da Política Internacional.

Essa não pode ser respondida por aqueles cujas abordagens são reducionistas ou comportamentais, como já evidenciado. Esses procuram explicar a política internacional em termos de atores principais. A abordagem comportamental dominante em construir teorias de Política Internacional procede em enquadrar proposições sobre o comportamento, as estratégias e a interação entre os Estados. Mas proposições ao nível das unidades não levam em conta o fenômeno observado ao nível sistêmico.

Desde que a variedade de atores e a variedade em suas ações não correspondem com a variedade de seu produto, é possível inferir que causas sistêmicas não foram consideradas. Ao saber disto, é possível e necessária a construção de uma teoria sistêmica. O duradouro aspecto anárquico da política internacional considera a impressionante similitude qualitativa da vida internacional através dos milênios. Não é para menos que Waltz (1979, p. 66) assertivamente pontua que “*one who reads the apocryphal book of First Maccabees with events in and after World War I in mind will gain a sense of continuity that characterizes international politics.*”

Em teorias sistêmicas, parte das explicações dos comportamentos e resultados destes é encontrada na estrutura do sistema. O termo estrutura tem sido celebrado nas ciências sociais, não no seu uso funcionalista-orgânico, mas no sentido de que uma estrutura designa um conjunto de condições limitadoras. Tal estrutura atua como um selecionador, mas que não pode ser observado e examinado.

Freely formed economic markets and international-political structures are selectors, but they are not agents [...]. Because structures select by rewarding some behavior and punishing others, outcomes cannot be inferred from intentions and behaviors. This is simple logic that everyone will understand. (WALTZ, 1979, p. 73-74)

Agentes atuam; sistemas, como um todo, não. No entanto, as ações dos agentes são afetadas pela estrutura do sistema. A estrutura afeta o comportamento dentro de um sistema, mas só indiretamente. Os efeitos são produzidos por duas maneiras, através da socialização e competição entre os atores. Estes dois processos persuasivos ocorrem tanto na política internacional como em sociedades de todos os tipos.

O primeiro modo como as estruturas causam efeitos é através da socialização, a qual conduz os agentes a padrões aceitáveis de ação, limitando e moldando seu comportamento ao encorajar a similaridade de atribuições. Assim também o é o segundo modo, a competição. A competição gera uma ordem, impondo as suas unidades a necessidade de ajustar suas relações através de decisões e atos autônomos.

Adam Smith publicou a Riqueza das Nações em 1776, cuja teoria aplica-se onde quer que haja as condições por ele indicadas, e aplica-se a despeito do conhecimento dos agentes (Estado e consumidores) a ela sujeitos. Isto porque a teoria modelada por Smith lida com restrições estruturais. Desta forma os resultados das interações entre os agentes podem ser previstos sem que haja conhecimento por parte das intenções dos agentes ou mesmo que compreendam que estejam condicionados a limitações impostas pela estrutura do sistema.

Following common economic reasoning, I would say that market conditions reward those who wittingly or not place their stores in the right places and punish those who do not. Behaviors are selected for their consequences. Individual entrepreneurs need not know how to increase their chances of turning a profit. They can blunder along, if they wish to, and rely on the market selector to sort out the ones who happen to operate intelligently from those who do not. (WALTZ, 1979, p. 76)

Sistemas competitivos são regulados pela racionalidade dos competidores mais bem sucedidos. Para Waltz (1979, p. 76), a racionalidade significa apenas que “*some do better than others - whether through intelligence, skill, hard work, or dumb luck*”.

Em paralelo à teoria smithiana, os agentes são bem sucedidos se proverem um bem ou serviço de forma mais atrativa e barata que outros. Ou seus competidores os seguem ou ficam de lado. A lógica à qual estão submetidos é esta: a princípio, a demanda por seus produtos diminui, seguida por uma queda nos seus lucros e conseqüentemente, são levados à falência. A fim de quebrar esta cadeia de eventos não desejados, eles precisam mudar suas atitudes. E assim, as unidades sobreviventes passam a se assemelhar mais com as outras, formando, desta maneira, padrões de localização, organização, modos de produção, design de produtos e métodos de marketing. O ordenamento surge a partir dos resultados: aqueles que sobrevivem compartilham certas características; aqueles que vão à falência, não as tem. Sintetiza: *“competition spurs the actors to accommodate their ways to the socially most acceptable and successful practices. Socialization and competition are two aspects of a process by which the variety of behaviors and of outcomes is reduced.”* (WALTZ, 1979, p. 77). Assim, “a ordem emerge sem um ordenador, ajustes sem um ajustador, alocações sem um alocador”:

Where selection according to consequences rules, patterns emerge and endure without anyone arranging the parts to form patterns or striving to maintain them. The acts and the relation of parties may be regulated through the accommodations they mutually make. Order may prevail without an orderer; adjustments may be made without an adjuster; tasks may be allocated without an allocator. (WALTZ, 1979, p. 77)

Para Waltz, a estrutura internacional atua de forma a restringir o comportamento do Estado. Assim, apenas os Estados cujos comportamentos estejam dentro de certos “limites esperados” sobrevivem. O sistema é similar ao modelo microeconômico no qual firmas determinam preços de acordo com o mercado (“tomadoras de preço”, em concorrência perfeita).

Waltz define que sistemas são compostos por estruturas e unidades. Questões estruturais lidam com o arranjo de partes de um sistema. Já domesticamente, sistemas políticos são centralizados e hierarquizados. No entanto, no plano político internacional, as suas partes (Estados) são pautadas pela coordenação e igualdade formal, sendo, desta forma, descentralizado e anárquico.

The problem is this: how to conceive of an order without an orderer and of organizational effects where formal organization is lacking. Because these are difficult questions, I shall answer them through analogy with microeconomic theory. Reasoning by analogy is helpful where one can move from a domain for which theory is well developed to one where it is not. Reasoning by analogy is permissible where different domains are structurally similar. [...] Classical economic theory, developed by Adam Smith and his followers, is microtheory. Political scientists tend to think that microtheory is theory about small-scale

matters, a usage that ill accords with its established meaning. The term "micro" in economic theory indicates the way in which the theory is constructed rather than the scope of the matters it pertains to. Microeconomic theory describes how an order is spontaneously formed from the self-interested acts and interactions of individual units - in this case, persons and firms The theory then turns upon the two central concepts of the economic units and of the market. Economic units and economic markets are concepts, not descriptive realities or concrete entities. (WALTZ, 1979, p. 89, grifos nossos).

Waltz destaca que desde o século 18 a Teoria Econômica tem sido atacada, pois suas premissas seriam falhas por não corresponderem com a realidade. Isto deve ao fato de que os primeiros economistas conceberiam o funcionamento da economia em isolamento da sociedade e da política. De modo irreal, assumem que o mundo econômico é a totalidade do mundo, assim como assumem cada agente deste sistema como um indivíduo maximizador de seu próprio bem-estar, o *homo economicus*, que é um aspecto do homem e deixam de lado uma variedade de características da vida humana.

Como qualquer economista razoável sabe, o homem econômico não existe. Qualquer um que indagar a um homem de negócios como ele procede na tomada de decisões, descobrirá que esta premissa de comportamento maximizador é uma grossa distorção de suas características. Todavia, a premissa de que os agentes se comportam assim acaba por ser útil na construção de uma teoria.

Waltz dá continuidade a sua exposição ao dizer que mercados são o segundo conceito central da "microteoria" econômica. Uma questão deve ser respondida: Como os mercados são formados? E como funcionam?

The market of a decentralized economy is individualist in origin, spontaneously generated, and unintended. The market arises out of the activities of separate units - persons and firms - whose aims and efforts are directed not toward creating an order but rather toward fulfilling their own internally defined interests by whatever means they can muster. The individual unit acts for itself. From the coaction of like units emerges a structure that affects and constrains all of them. Once formed, a market becomes a force in itself and a force that the constitutive units acting singly or in small numbers cannot control. Instead, in lesser or greater degree as market conditions vary, the creators become the creatures of the market that their activity gave rise to. (WALTZ, 1979, p. 89-90)

Para Waltz, o maior feito de Adam Smith foi o de mostrar como agentes egoístas podem produzir bons resultados sociais em livre competição se apenas houver condições políticas e sociais favoráveis para que isto aconteça. Se uma economia *laissez-faire* é harmoniosa, ela o é porque as intenções de seus agentes não correspondem com o resultado de suas ações. Mas o que há entre os atores e seus objetos de ação? Para se considerar os inesperados resultados favoráveis advindos de atos de egoísmo, surge o conceito de mercado.

Cada agente procura seu próprio bem, e o resultado de um número de agentes buscando isso simultaneamente transcende os motivos e objetivos das unidades. Cada agente gostaria de trabalhar menos e precificar seu produto mais alto. Tomados juntos, todos tem que trabalhar mais e precificar seus produtos a menos. Cada firma busca aumentar seu lucro, e o resultado é que, se muitas ageirem desta mesma maneira, o lucro tenderá a cair. Cada um busca um fim próprio, e assim, produz um resultado que não era intencionado. Da ambição dos seus membros, o bem estar da sociedade é atingido.

Waltz ensina que o mercado é a causa interposta entre os atores econômicos e os resultados que produzem. Ele condiciona seus cálculos, seus comportamentos e suas interações. Um mercado constrange as unidades que engloba de tomar certas ações e disponibiliza aos mesmos a tomada de outras. O mercado, criado a partir de unidades autodirigidas, *seleciona comportamentos de acordo com suas consequências*. O mercado premia com altos lucros e reprime pela falência. Dado que o mercado não é uma instituição ou um agente em qualquer sentido concreto, tais afirmações tornam-se impressionantes apenas se elas podem ser inferidas, com confiança, da teoria como parte de um conjunto de mais expectativas elaboradas. Em suma, a apropriação de Waltz é resumida pelo próprio nos seguintes excertos:

Microeconomic theory explains how an economy operates and why certain effects are to be expected. It generates numerous "if-then" statements that can more or less easily be checked. Consider, for example, the following simple but important propositions. If the money demand for a commodity rises, then so will its price. If price rises, then so will profits. If profits rise, then capital will be attracted and production will increase. If production increases, then price will fall to the level that returns profits to the producers of the commodity at the prevailing rate. This sequence of statements could be extended could be extended and refined, but to do so would not serve my purpose. I want to point out that although the stated expectations are now commonplace, they could not be arrived at by economists working in a pre-theoretic era. All of the statements are, of course, made at an appropriate level of generality. They require an "other things being equal" stipulation. They apply, as do statements inferred from any theory, only to the extent that the conditions contemplated by the theory obtain. They are idealizations, and so they are never fully borne out in practice. Many things - social customs, political interventions - will in fact interfere with the theoretically predicted outcomes. Though interferences have to be allowed for, it is nevertheless extraordinary useful to know what to expect in general. (WALTZ, 1979, p. 90-91)

International-political systems, like economic markets, are formed by the coaction of self-regarding units. International structures are defined in terms of the primary political units of an era, be they city states, empires or nations. Structures emerge from the coexistence of states. No state intends to participate in the formation of a structure by which it and others will be constrained. International-political systems, like economic markets, are individualist in origin, spontaneously generated, and unintended. In both systems, structures are formed by the coaction of their units. Whether those units live, prosper or die, depends on their own efforts.

Both systems are formed and maintained on a principle of self-help that applies to the units. (WALTZ, 1979, p. 91)

Waltz pondera que atestar que dois domínios são estruturalmente parecidos não é proclamar a sua identidade. Economicamente, o princípio da autoajuda aplica-se dentro de limites governamentais. Economias de mercados são reguladas a fim de canalizar energias de forma construtiva. Já a política internacional está mais próxima de ser um domínio onde “vale tudo”. A política internacional é similar a uma economia de mercado até onde o princípio da autoajuda é permitido a operar nesta.

Em Microteoria, seja aplicada às Relações Internacionais ou à Economia, a motivação dos agentes é suposta, ao invés de descrita de forma real. Waltz presume que os Estados buscam garantir sua sobrevivência. Esta premissa é uma simplificação radical feita para que seja possível construir uma teoria. Uma questão a ser endereçada a uma premissa não é se ela verdadeira, mas sim se é a mais sensível e útil que pode ser utilizada. Se a premissa é útil depende apenas se a teoria na qual se baseia pode ser criada, uma teoria a partir da qual importantes consequências podem ser inferidas, que não de outro modo.

3.2 A Teoria Neorrealista da Mudança de Robert Gilpin

Na seção anterior, Waltz propõe uma teoria que seja capaz de explicar a continuidade da ocorrência do fenômeno das guerras, devido à característica intrínseca e imutável da Política Internacional, a anarquia. Robert Gilpin, no entanto, não adota a abordagem elegante de Waltz, mas sim contribuições sociológicas e econômicas em panorama histórico, para explicar mudanças nas relações internacionais dentro de uma perspectiva realista¹⁶. Para tanto, em *War and Change in World Politics*, publicado em 1981, aplica o raciocínio econômico de forma singular nas Relações Internacionais, a fim de fundamentar sua argumentação.

Gilpin contorna o apelo científico¹⁷ de Waltz por entender que “*the search for ‘laws of change’ is held to be useless because of the uniqueness and complexity of historical events*”

¹⁶ “*World politics is still characterized by the struggle of political entities for power, prestige, and wealth in a condition of global anarchy.*” (GILPIN, 1981, p. 230)

¹⁷ “*We do not pretend to develop a general theory of international relations that will provide an overarching explanatory statement. Instead, we attempt to provide a framework for thinking about the problem of war and change in world politics. This intellectual framework is intended to be an analytical device that will help to*

(GILPIN, 1981, p. 5). Destarte, conjuga de modo complementar as abordagens sociológica e econômica, amparado por uma rica série de exemplos históricos — na tentativa de compreender o comportamento humano, e assim, a transformação na Política Internacional.

Tomadas individualmente, tanto a Sociologia como a Economia são insuficientes, no entender de Gilpin, em analisar as transformações políticas em âmbito internacional. Enquanto o valor da Sociologia reside na ênfase holística da sociedade, ao focar nos determinantes estruturais e institucionais do comportamento [*“sociological theory assumes that individual behavior is explained by the nature of the system and one's place in it.”* (Gilpin, 1981, p. ix)], a força da Teoria Econômica proveria do estudo focado no comportamento dos indivíduos, o qual incorpora uma concepção geral de transformações políticas e sociais úteis à compreensão da mudança na política internacional.

Gilpin cita John Harsanyi, segundo o qual o problema da mudança social deve ser explicado, em última instância, em termos de incentivos para mudanças de comportamento. Isto é, uma teoria da mudança busca explicar o porquê alguns indivíduos decidem que seus interesses são melhor atendidos por um novo tipo de arranjo institucional. Ou seja, a partir do indivíduo, a teoria econômica seria capaz de explicar mudanças sociopolíticas:

The strength of economic theory is that it embodies a general conception of social and political change that can be useful in understanding international political change. As John Harsanyi has argued, the problem of social change “must be ultimately explained in terms of personal incentives for some people to change their behavior”. That is, a theory of change seeks to explain why “some people have decided that their interests would be better served by a new type of institutional arrangement”. (HARSANYI, 1969 apud GILPIN, 1981, p.x)

Tal perspectiva é apoiada por James Buchanan¹⁸, para o qual a estrutura política é concebida como algo que emerge dos processos de decisão de indivíduos, os quais, de acordo com Gilpin, seriam determinados pelo autointeresse e o poder relativo destes:

Underlying this economic view of social or political change is the assumption that the purposes and natures of social institutions are determined principally by the self-interest and relative power of individual members. In the words of James Buchanan, “political structure is conceived as something that emerges from the choice processes of individual participants” (Buchman, 1966, p. 26). Individuals, groups, and other actors use their powers to create social and political institutions that they believe will advance their interests. Thus the objectives of a social or political institution primarily reflect the interests of its more powerful members. When these interests or the relative powers of individuals (or of groups and states) change, there will be attempts to change the nature of the institution and its

order and explain human experience. It does not constitute a rigorous scientific explanation of political change.” (Id. *ibid.*, p. 2)

¹⁸Cf. Buchanan (1966).

objectives in order to reflect significant changes in interest and power. (GILPIN, 1981, p. xi)

A Teoria Econômica a qual Gilpin se refere, através de citação de Gary Becker¹⁹ e Ronald Rogowski²⁰, é a Teoria da Escolha Racional (TER), centralizada no indivíduo. De acordo com o próprio autor, a TER supõe que o comportamento individual é totalmente determinado pela racionalidade, ou seja, que os indivíduos buscam maximizar, ou ao menos satisfazer, certos valores ou interesses ao mínimo custo possível. Gilpin complementa que, neste contexto, a racionalidade aplica-se ao esforço realizado pelo indivíduo para maximizar sua utilidade, através de um cálculo de custo-benefício. O indivíduo perseguiria seu objetivo até o momento em que os custos de o atingir se iguallassem aos benefícios, numa situação equivalente a de equilíbrio de mercado.

In contrast to the holistic approach of sociological theory, economic theory, or what some call rational-choice theory, focuses on the individual (BECKER, 1976, p. 5; ROGOWSKI, 1978). It assumes that individual behavior is determined wholly by rationality; that is, individuals seek to maximize, or at least to satisfy, certain values or interests at the lowest possible cost to themselves. In this context, rationality applies only to endeavor, not to outcome; failure to achieve an objective because of ignorance or some other factor does not invalidate the rationalist premise that individuals act on the basis of a cost/benefit or means/ends calculation. Finally, it holds that individuals will seek to acquire their objectives until a market equilibrium is reached; that is, individuals will pursue an objective until the associated costs are equal to the realized benefits. Following these individualistic and rationalistic assumptions, economists attempt to explain human behavior. (GILPIN, 1981, p. x)

Na visão de Gilpin, apesar da teoria econômica consistir em uma bem desenvolvida teoria do comportamento social, no entanto, ela deve ser complementada pela sociológica, a qual condicionaria o cálculo a limites estruturais e institucionais, isto é, a limites sistêmicos, típicas deste campo de estudo:

In fact, economics provides a highly developed theory of social behavior, and for this reason economic theory has been applied to an ever-increasing range of social and political phenomena. In some cases the application of economic theory to conventionally conceived noneconomic behavior such as suicide or the choice of a marriage partner has bordered on the ridiculous. Yet if used with discretion, the so-called laws of microeconomics (demand, marginal utility, and diminishing returns), as well as those from public finance and other subcategories of economics, can help explain political behavior. (GILPIN, 1981, p. xi)

¹⁹ Cf. Becker (1976).

²⁰ Cf. Rogowski (1978).

A Teoria Econômica sugere que o estudo da mudança nas relações internacionais decorre de desenvolvimentos políticos, econômicos e tecnológicos, os quais afetam diretamente a renda relativa (*relative incomes*), sinônimo de poder²¹, dos atores políticos e também os custos de alcançar seus objetivos. Entre estes objetivos, o mais importante são os que alteram os arranjos sociopolíticos em favor dos interesses de um grupo ou Estado.

Sua tese é a de que um grupo ou Estado irá buscar mudar o sistema político em resposta aos desenvolvimentos que aumentam seus poderes relativos ou diminuem os custos de modificar os arranjos políticos, e se esforçará para tal até que o equilíbrio seja atingido entre os custos e benefícios de mudanças maiores.

Ao assumir que tanto o interesse próprio dos indivíduos como a estrutura social como determinantes do comportamento humano, integrando a Economia e a Sociologia, Gilpin formula uma metodologia ímpar em seu campo de estudo. No entanto, sua leitura sugere que Gilpin dá uma posição de destaque à TER, pois é a partir desta que o mesmo define o ciclo da mudança nas relações internacionais.

Para Gilpin, um sistema internacional é estabelecido, à semelhança de um sistema social ou político qualquer, para que atores criem relações e estruturas sociais a fim de promover seus interesses. Estes, no entanto, podem entrar em conflito por choque destes interesses, e há uma tendência de que se prevaleça os interesses particulares dos atores com maior poder relativo, pois este também é hierárquico²². Isto é, em um sistema internacional, apesar de este impor restrições ao agir dos atores, os comportamentos recompensados ou punidos pelo sistema irão coincidir, ao menos inicialmente, com os interesses de seus participantes mais poderosos.

No decorrer do tempo, no entanto, a balança de poder entre os atores se altera como resultado do seu desenvolvimento interno (seja econômico, tecnológico ou outro). Como consequência, aqueles atores que se beneficiam desta alteração de forças dentro do sistema procurarão modificar o mesmo a fim de que este possa refletir também os seus interesses. O sistema resultante refletirá esta nova distribuição de poder e interesses de seus novos dominantes. Assim, uma pré-condição para a mudança de poder reside na ruptura entre o

²¹ “In this book, power refers simply to the military, economic, and technological capabilities of states.” (Id. *ibid.*, p. 13)

²² “The argument of this study is that the relationships among states have a high degree of order and that although the international system is one of anarchy (i.e., absence of formal governmental authority), the system does exercise an element of control over the behavior of states (Bull, 1977; Young, 1978). However, the nature and extent of this control differ from the nature and extent of the control that domestic society exercises over the behavior of individuals. Yet it is possible to identify similarities in the control mechanisms of domestic systems and international systems.” (Id., *ibid.*, p. 28)

sistema existente e a redistribuição de poder àqueles atores que se beneficiariam de uma mudança no sistema.

Atribuído à Harsanyi, esta concepção de alteração do sistema internacional pode ser definida em termos de benefícios que seus membros percebem de seu funcionamento. Assim, uma mudança no sistema implica em uma mudança na distribuição de benefícios e custos impostos aos membros deste sistema. Desta forma, o estudo da mudança política internacional deve focar no esforço dos atores políticos internacionais em alterar a ordem deste sistema a fim de impor seus interesses (isto é, sua governança, regras e reconhecimento de direitos). O processo de mudança das relações internacionais reflete os esforços de seus atores em transformá-lo.

O raciocínio econômico rege a dinâmica deste processo de mudança, o qual se daria pelo cálculo dos atores políticos entre os custos de manter uma ampla influencia e os benefícios percebidos de ter seus interesses impostos. Em uma moldura, Gilpin (1981, p. 10-11) sintetiza a dinâmica do processo de mudança nas Relações Internacionais, elencando cinco suposições a respeito do comportamento dos Estados:

- 1) Um sistema internacional é estável (isto é, em estado de equilíbrio) se nenhum Estado acredita que seja “lucrativo” mudá-lo;
- 2) Um Estado tentará mudar o sistema internacional se esperar que os benefícios superarem os custos esperados (isto é, caso haja um ganho líquido);
- 3) Um Estado procurará alterar o sistema internacional através da expansão territorial, política e econômica, até o limite em que os custos marginais de uma maior mudança se igualem ou sejam maiores que os benefícios marginais desta expansão;
- 4) Uma vez estabelecido o equilíbrio entre custos e benefícios marginais desta expansão, a tendência é que os custos econômicos de manter o *status quo* aumentem mais rapidamente que a capacidade econômica do Estado em manter este *status quo*;
- 5) Se o desequilíbrio no sistema internacional não é resolvido, então o sistema será alterado, e um novo equilíbrio se estabelecerá, refletindo uma nova redistribuição de poder²³.

²³ “Obviously these assumptions are abstractions from a highly complex political reality. They do not describe the actual decision processes of statesmen, but as in the case of economic theory, actors are assumed to behave as if they were guided by such a set of cost/benefit calculations.” (Id., *ibid.*, p. 11)

A partir destas suposições, Gilpin conceitua a sua teoria da mudança nas relações internacionais, compreendendo-a como um contínuo processo histórico. Inicia sua análise com o sistema internacional em estado de equilíbrio, como ilustrado a seguir. O sistema internacional encontra-se em estado de equilíbrio se seus membros mais poderosos estão satisfeitos com o existente arranjo territorial, político e econômico. Apesar de pequenas mudanças e ajustes que possam vir a ocorrer, a condição de equilíbrio é tal que nenhuma potência crê que uma mudança no sistema irá gerar benefícios adicionais.

Apesar de que outros Estados ou grupos poderiam se beneficiar se houvesse tipos particulares de mudanças, os custos atrelados a esta os desencorajaria a alterar o sistema. Sob estas condições, onde não há incentivos de alterar o sistema, Gilpin denomina-o estável. A ordem ou sistema internacional existe em uma condição de equilíbrio homeostático (ou dinâmico) e como qualquer sistema, nunca está em absoluto repouso: mudanças ao nível das interações interestatais ocorrem de forma contínua.

No sistema internacional há contínua ocorrência de mudanças políticas, econômicas e tecnológicas que podem ameaçar a um ou outro Estado. Na maioria dos casos, todavia, os ganhos e perdas potenciais são pequenos, e apenas ajustes incrementais são esperados a ocorrer dentro do sistema, sem alterá-lo de fato.

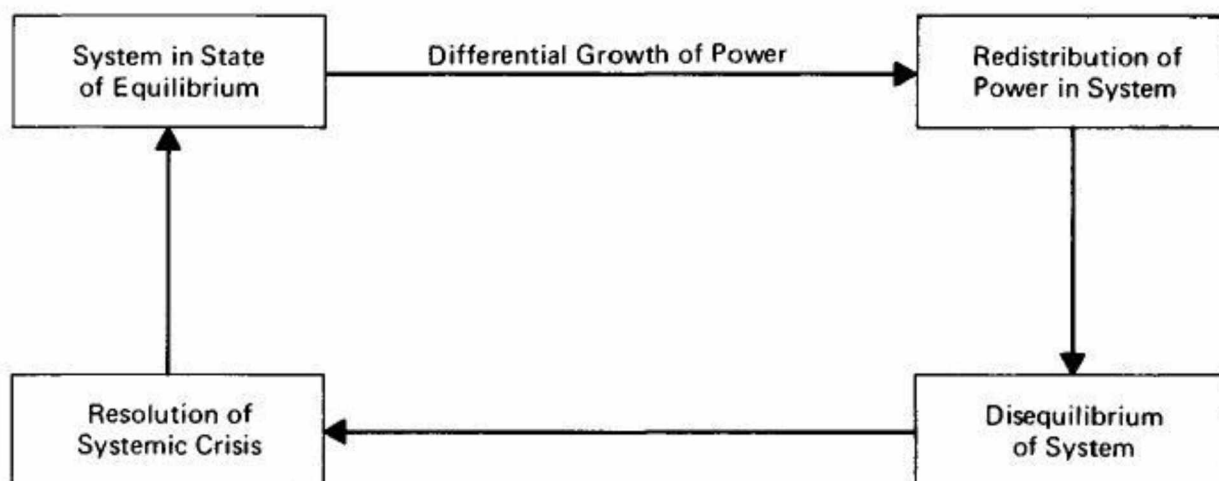


Figure 1. Diagram of international political change.

Extraído de: Gilpin, 1981, p. 12.

A relativa estabilidade do sistema é determinada, em grande medida, por sua capacidade de se ajustar a demandas dos atores afetados por mudanças circunstanciais. Em todo sistema, portanto, ocorre um processo de desequilíbrio e ajuste constante. Na ausência de

grandes benefícios potenciais líquidos capazes de induzir uma mudança substancial, o sistema permanece em condição de equilíbrio.

Em suma, se os interesses e os poderes relativos dos principais Estados no sistema internacional permanecerem constantes, ou se as relações de poder se alterarem de modo a manter a mesma distribuição de poder, o sistema permanece em equilíbrio. No entanto, o desencadeamento de alterações no plano doméstico ou internacional, no sentido alteração do poder relativo, solapam a estabilidade do *status quo*.

O crescimento desigual do poder, entendido como desenvolvimento nas searas política, econômica ou tecnológica, dentre os vários membros do sistema, causam uma fundamental redistribuição de poder dentro do sistema. Como consequência, o sistema desequilibra-se. Os elementos deste desequilíbrio sistêmico são dois:

First, military, technological, or other changes have increased the benefits of territorial conquest or the benefits of changing the international system in other ways. Second, the differential growth in power among the states in the system has altered the cost of changing the system. This transformation of the benefits and/or the costs of changing the system produces an incongruity or disjuncture among the components of the system. (GILPIN, 1981, p. 14)

A disjunção dentro do sistema, envolvendo perdas e ganhos potenciais aos atores mais poderosos, acarreta em uma crise no próprio sistema. Apesar da possibilidade de resolução pacífica desta, o principal mecanismo evidenciado pela História é a da guerra, ou o que Gilpin chama de guerra hegemônica. Isto é, na maioria dos casos, só a guerra é capaz de determinar qual Estado (ou Estados) irá governar o sistema.

É no período de paz subsequente ao período da guerra pela hegemonia que as bases políticas e territoriais do sistema são reordenadas. Assim, o ciclo da mudança nas relações internacionais é completado, ao criar-se um novo equilíbrio que reflete a redistribuição de poder no sistema e mesmo outros componentes do sistema.

4. MICROFUNDAMENTOS DO NEOLIBERALISMO INSTITUCIONAL

Robert Keohane propõe em *After Hegemony: Cooperation and discord in the world political economy*, publicado em 1984, explicar por que a cooperação em âmbito internacional é possível em um mundo anárquico e fragmentado, como figurado por Gilpin²⁴. Ao admitir que “*the United States is less preponderant in material resources now than it was in the 1950s and early 1960s. (...) [and] neither the Europeans nor the Japanese are likely to have the capacity to become hegemonic powers themselves in the foreseeable future*”²⁵, rejeita o fatalismo de que, na falta de uma potência hegemônica capaz de sustentar a estabilidade, o mundo seria deflagrado por um destrutivo conflito²⁶. Apesar de se mostrar ciente das dificuldades de coordenação política internacional na ausência da hegemonia, afirma que ela é possível e que pode ser facilitada por regimes internacionais.

Keohane afirma que a ideia de cooperação à qual alude é distinta da ideia de harmonia. Para o autor, um estado harmônico das relações internacionais implicaria que a política de seus atores, leia-se Estados, automaticamente facilitariam o atendimento dos objetivos de todos os atores. Se as relações internacionais fossem harmônicas, a cooperação não seria necessária. Para que esta exista, é necessário que as políticas (ações) de cada ator separadamente sejam coordenadas através de um processo de negociação, ou seja, induzidas à conformidade.

Se houver inflexibilidade de um governo em ajustar suas políticas aos objetivos de outros Estados, e, concomitantemente, este governo procurar induzi-los a mudar suas políticas de acordo com seus interesses, o resultado é a discórdia entre os Estados devido a um conflito de políticas. No entanto, quando estas tentativas de ajuste por ambas as partes tornam suas políticas mais compatíveis, a cooperação emerge.

Para o autor, a cooperação, diferentemente de um estado ideal de harmonia natural entre as nações, é fruto de embates políticos, nos quais, de alguma forma, cada parte busca alterar padrões de comportamento das demais. Esta mudança no comportamento pode ser conseguida pela persuasão através de aspectos negativos (de ameaças e sanções) bem como

²⁴ “*Hegemonic leadership is unlikely to be revived in this century for the United States or any other country. Hegemonic powers have historically only emerged after world wars; during peacetime, weaker countries have tended to gain on the hegemon rather than vice versa.*” (Gilpin, 1981 apud Keohane, 1984, p. 9)

²⁵ KEOHANE, 1984, p. 49.

positivos (promessas e recompensas) que envolvem as crises diplomáticas, como demonstram os experimentos e simulações em Teoria dos Jogos²⁷, que descrevem a forma mais efetiva em obter a cooperação do que alternativamente, por meio da força.

A cooperação não implica a ausência de conflito; pelo contrário, dele resulta. A cooperação emerge em situações nas quais as partes percebem que suas políticas estão em conflito, real ou potencial, e não em estado harmônico. Em seu estudo, Keohane julga necessário examinar as expectativas dos atores a respeito de padrões de interação, suas concepções sobre a natureza dos arranjos econômicos e os tipos de atividades políticas que creem ser legítimas, ou seja, analisar a o processo de coordenação política no contexto das instituições internacionais.

Em Keohane, por instituições entende-se o conceito de regimes internacionais, o qual clarifica a compreensão da ocorrência da cooperação e da discórdia nas relações internacionais. O conceito dado pelo autor reflete o mesmo sentido estabelecido por Stephen Krasner:

“[...] sets of implicit or explicit principles, norms, rules and decision-making procedures around which actors' expectations converge in a given area of international relations. Principles are beliefs of fact, causation, and rectitude. Norms are standards of behavior defined in terms of rights and obligations. Rules are specific prescriptions or proscriptions for action. Decision-making procedures are prevailing practices for making and implementing collective choice” (KRASNER, 1983, p. 2 apud KEOHANE, 1984, p. 57)

Em sua leitura, princípios, normas, regras e procedimentos, contêm imposições sobre o comportamento, ao incentivar certas ações e reprovar outras. No seu conjunto, implicam obrigações, apesar de que estas não sejam capazes de compelir os atores como se estivessem em um sistema legal hierárquico, pois tal não existiria, como claramente admite Keohane.

Como Waltz, Keohane considera a *world politics* descentralizada, ou seja, pautada pelo princípio da soberania, o que significa que nenhum Estado está sujeito a um governo superior a si. Nas relações internacionais, diferentemente do plano doméstico, os princípios, normas e regras dos regimes são necessariamente frágeis, pois apenas contornam a soberania e a regra da autoajuda das nações, típica da caracterização ortodoxa das relações internacionais.

Theories of regimes can incorporate Realist insights about the role of power and interest, while also indicating the inadequacy of theories that define interests so narrowly that they fail to take the role of institutions into account. Regimes not only

²⁷ Axelrod (1984).

are consistent with self-interest but may under some conditions even be necessary to its effective pursuit. They facilitate the smooth operation of decentralized international political systems and therefore perform an important function for states. In a world political economy characterized by growing interdependence, they may become increasingly useful for governments that wish to solve common problems and pursue complementary purposes without subordinating themselves to hierarchical systems of control. (KEOHANE, 1984, p. 63)

Desta forma, Keohane propõe, a partir de supostos Realistas, mostrar que o pessimismo destes com relação às relações internacionais, leia-se a ocorrência contínua de guerras, não é o único resultado das interações entre agentes egoístas. De acordo com o autor, as premissas realistas permitem explicar a formação de arranjos institucionais capazes de promover a cooperação.

A fim de evidenciar seu ponto, recorre à lógica da Teoria dos Jogos. Para o autor, as dificuldades da cooperação são ilustradas de forma apropriada não apenas por jogos de conflito, nos quais a discórdia é determinada pela estrutura de interesses, ou por jogos de cooperação, nos quais a cooperação é resultado quase certo, mas sim por aqueles que Thomas Schelling chamou de *mixed-motive games*²⁸.

Nesses, o jogo é caracterizado pela combinação da dependência mútua e do conflito, mas cada um, separadamente, pode ganhar mais ao desertar, ou seja, se agir exclusivamente em benefício próprio.

Vários destes jogos foram identificados como relevantes ao estudo da política mundial²⁹, mas um, em particular, o Dilema dos Prisioneiros (DP), é utilizado por Keohane, “*since it demonstrates that under certain conditions rational actors find themselves unable to reach a Pareto-optimal solution*” (KEOHANE, 1984, p. 68), apesar de existir certo grau de convergência de interesses entre eles.

In situations calling for collective action, cooperation is necessary to obtain a good that (insofar as it is produced at all) will be enjoyed by all members of a set of actors, whether they have contributed to its provision or not. When each member's contribution to the cost of the good is small as a proportion of its total cost, self-interested individuals are likely to calculate that they are better off by not contributing, since their contribution is costly to them but has an imperceptible effect on whether the good is produced. Thus, as in Prisoners' Dilemma, the dominant strategy for an egoistic individualist is to defect, by not contributing to the production of the good. Generalizing this calculation yields the conclusion that the collective good will not be produced, or will be underproduced, despite the fact that its value to the group is greater than its cost. (KEOHANE, 1984, p. 69)

²⁸ Cf. Schelling (1980).

²⁹ Cf. Snyder e Diesing (1977), Snidal (1981) e Oye (1983).

A lógica da ação coletiva, como explicada por Mancur Olson³⁰, é essencialmente similar à lógica do DP. Para Keohane, ambas possuem um grande valor heurístico, pois demonstram a falácia da composição, na qual a fonte da discórdia nas relações internacionais seria resultado da soma da natureza egoísta dos atores envolvidos, ao invés de ser resultado do padrão de sua interação. Ambos focam em problemas de coerção, comprometimento, e interação estratégica: todos significantes para o estudo das relações internacionais — em especial, o DP. Sua contribuição mais importante se dá nas formas com que barreiras de informação e comunicação nas relações internacionais podem impedir a cooperação e criar a discórdia mesmo quando interesses em comum existem.

O DP em sua versão *single play* é frequentemente tomado como um paradigma para as relações internacionais, ao demonstrar porque a discórdia prevalece e a cooperação é rara. Muitas vezes também, é utilizado para sustentar argumentos que indicam a “inutilidade” das instituições internacionais. Keohane procura mostrar, inicialmente, que mesmo sobre a premissa de autoajuda, deve-se esperar um “grande volume” de cooperação (ao menos entre países de economia de mercado avançadas), e que a TER aplicada ao Dilema dos Prisioneiros, a Teoria dos Bens Públicos e as teorias de falhas de mercados, ajudam a demonstrar a importância das instituições, leis e regimes, para o sucesso da cooperação.

Tal leitura parte de uma interpretação por Keohane do Dilema dos Prisioneiros em sua versão repetida, ou iterada, a qual se adéqua de forma mais convincente a realidade das relações internacionais. A conclusão de que a deserção, ou a não cooperação, entre os atores é o resultado esperado de sua interação, é válida apenas para o jogo em uma única rodada. Se o jogo é repetidamente aplicado aos mesmos atores racionais, o resultado é que a cooperação é a melhor alternativa para ambos, sendo a deserção desencorajada em um horizonte de longo prazo.

Segundo Keohane, negociações internacionais sobre arranjos monetários, comércio e energia acontecem de forma contínua no presente e no futuro. Comumente, os Estados podem alterar sua decisão de cooperar ao descobrir que algum Estado aliado seu quebrou uma promessa ou cláusula acordada. Esta possibilidade leva a um efeito similar ao Dilema dos Prisioneiros iterado, já que reduz os incentivos para a deserção.

Pela Teoria da Ação Coletiva aplicada a pequenos grupos, Keohane chega à mesma conclusão. Recorda que Olson descreve que se é considerado difícil formar um grande grupo de provedores de bens públicos (pois cada indivíduo teria incentivos em não provê-los), para

³⁰ Olson (1965).

pequenos grupos, no entanto, ela seria plausível, em decorrência da relativa facilidade de monitorar o comportamento alheio e reagir estrategicamente em retaliação.

Explica que as relações internacionais contemporâneas estão cercadas por dilemas da ação coletiva, os quais envolvem um pequeno número de Estados. Mesmo em negociações globais, o número de Estados não passa de 150, muitos dos quais não têm papéis significativos. Entre os países avançados (em termos econômicos), as negociações dependem de poucos participantes. Destaca, em exemplo, o G7 e a OCDE, os quais possuem apenas sete e vinte e quatro membros, respectivamente³¹. Mesmo sem uma potência hegemônica, é um número reduzido de países que tem peso político para prover e influenciar a provisão de bens públicos ou bens privados:

Olson also argued that the success of certain large groups relying on a diffuse membership to provide public goods was explained by their provision of private goods as a by-product of membership. Farmers joining the Farm Bureau, for instance, might not only contribute to the collective good of lobbying for governmental benefits, but they might also thereby gain access to cheap insurance or a farmers' cooperative. Thus the logic of collective action would lead organizations to seek to privatize some of what they provide. International regimes frequently do the same thing. (OYE, 1983 apud KEOHANE, 1984, p. 77).

A reinterpretção da Teoria da Escolha Racional por estes dois prismas vai de encontro ao seu uso convencional nas relações internacionais, isto é, aquela que afirma que a cooperação é rara neste âmbito. Aplicada desta maneira, ela demonstra que esta é obtida mesmo a partir do autointeresse dos Estados, longe de ser idealistas, ou preocupados com o bem comum por comprometimento ideológico.

Ou seja, Estados egoístas e preocupados com seus próprios interesses veem incentivos na formação de regimes internacionais. O Dilema dos Prisioneiros iterado e modelos de ação coletiva reforçam esta demonstração. De forma similar, abordagens baseadas em teorias de falha de mercado fornecem *insights* sugestivos para a construção da Teoria Funcional³² (*functional*) dos Regimes Internacionais, empreendida por Keohane.

³¹ Atualmente, a OCDE possui 34 membros, e a ONU, 193.

³² “I altered the terminology in order to avoid confusion between “Functionalism” and the functional theory of international regimes [...]. It should be emphasized that, as noted in the text, I employ a stylized contrast between Realism and Institutionalism to focus sharply on the issues addressed by this book, not to identify any given author with a simplistic variant of either position. For instance, although Stanley Hoffmann writes of international relations as ‘a state of war’, his highly nuanced view of world politics would not normally be considered representative of Realism. Among the Institutionalists as well, there is substantial variation. Ernst Haas [neofunctionalist], for instance, has taken state power more seriously, and has been more cautious about the growth of international institutions, than David Mitrany.” (Id., *ibid.*, p. 8)

Como visto, teorias de falha de mercado se referem a situações nas quais os mercados produzem resultados sub-ótimos, mesmo mantida a suposição de que seus agentes sejam racionais, devido a alguma falha em sua estrutura, ou seja, no mercado. A literatura a este respeito sugere que é plausível uma explicação funcional para o surgimento de regimes, pois estes surgiriam a fim de sobrepor as deficiências que tornariam impossíveis a consumação de acordos mutuamente benéficos.

Como mercados imperfeitos, as relações internacionais são caracterizadas também por deficiências institucionais que inibem a consecução de vantagens mútuas. Em um sistema onde prevalece a autoajuda, prevalece também o conflito de interesses entre os atores que o compõe, isto é, entre os Estados. Em termos econômicos, a existência destes conflitos pode ser considerada, em parte, devido à existência de externalidades: os atores de um sistema não arcam com todos os custos sequer recebem todos os benefícios de suas próprias ações pautadas pela racionalidade.

Assim como argumentou Ronald Coase em seu famoso artigo de 1960, a existência de externalidades, por si só, não impedem, necessariamente, a coordenação efetiva entre atores independentes. Sob certas condições, a barganha entre estes atores poderia levar a resultados ótimos à Pareto, apesar da ordem legal do sistema.

O teorema de Coase tem sido frequentemente utilizado para demonstrar que a eficácia da barganha sem uma autoridade central, e ocasionalmente tem sido aplicado especificamente às relações internacionais. O princípio da soberania estabelece obrigações que empurram o fardo das externalidades sobre aqueles que sofrem dela. O teorema de Coase pode ser interpretado, então, como teorema que prevê que problemas da ação coletiva podem ser facilmente superados nas relações internacionais por meio da barganha e ajustes mútuos, isto é, através da cooperação.

De acordo com Keohane, outra inferência possível deste teorema às relações internacionais seria que a discórdia observada deve ser resultado de conflitos de interesse fundamentais do que problemas de coordenação. Em outras palavras o teorema de Coase pode ser interpretado como minimizador dos problemas derivados da lógica da ação coletiva de Olson ou dos problemas de coordenação enfatizados pelo Dilema dos Prisioneiros. No entanto, tal conclusão seria incorreta por dois motivos.

Em primeiro lugar, Coase especifica três condições cruciais para que se possa concluir algo de seu teorema: um quadro legal que estabelece obrigações para ações impostas por uma autoridade governamental, informação perfeita e inexistência de custos de transação (incluindo custos organizacionais e custos de *side-payments*).

Nenhuma destas condições, todavia, existe nas relações internacionais, como aponta o autor: *“World government does not exist, making property rights and rules of legal liability fragile; information is extremely costly and often held unequally by different actors; transaction costs, including costs of organization and side-payments, are often very high.”* (KEOHANE, 1984, p. 87). Assim, propõe que uma “inversão” do teorema de Coase seria mais apropriada às relações internacionais, pois na ausência das condições especificadas por Coase, a coordenação de políticas será sempre ameaçada por dilemas da ação coletiva.

Em segundo lugar, críticas ao teorema de Coase devem ser levadas em consideração e reforçam a conclusão de que este não pode ser aplicado diretamente ao estudo das relações internacionais, bem como sugerem implicações interessantes sobre as funções dos regimes internacionais. Foi evidenciado através da Teoria dos Jogos que, com mais de dois participantes, o teorema de Coase não pode ser demonstrado.

Sob certas condições, não haverá soluções estáveis: qualquer coalizão será inferior para pelo menos um dos seus membros, haja vista a possibilidade de outra coalizão. O resultado é uma regressão infinita. Na terminologia da Teoria dos Jogos, o núcleo do jogo é vazio. E quando o núcleo é vazio, a suposição de que os custos de transação são nulos significa que o acordo é obstruído, ao invés de facilitado³³: *“in a world of zero transaction costs, the inherent instability of all coalitions could result in endless recontracting among the firms³⁴”* (KEOHANE, 1984, p. 87).

Diante disso, o que Coase e seus críticos sugerem a respeito das condições para cooperação internacional através da barganha? Keohane responde:

First, it appears that approximating Coase's first two conditions—that is, having a clear legal framework establishing property rights and low-cost information available in a roughly equal way to all parties—will tend to facilitate cooperative solutions. But the implications of reducing transaction costs are more complex. If transaction costs are too high, no bargains will take place; but if they are too low, under certain conditions an infinite series of unstable coalitions may form. (KEOHANE, 1984, p. 87)

Ao inverter o teorema de Coase, Keohane possibilita utilizar as instituições internacionais como respostas aos problemas postos de propriedade privada, incerteza e de custos de transação. Sem considerar as instituições, estes problemas frustram as tentativas de

³³ Do original: *“When the core is empty, the assumption of zero transaction costs means that agreement is hindered rather than facilitated.”* (Id., *ibid.*, p.87).

³⁴ Cf. Aivazian e. Callen (1981) e Veljanovski (1982).

cooperação nas relações internacionais mesmo se os interesses dos atores são complementares, isto é, convergentes.

Da deficiência do *self-help system*, Keohane deriva a demanda deste por regimes internacionais. Enquanto atendem esta demanda, os regimes desempenham funções ao estabelecer padrões de obrigações legais³⁵, ao prover uma relativa simetria de informações e ao arranjar os custos de barganha de modo que entendimentos específicos possam ser avançados.

Regimes são criados porque os atores da política internacional acreditam que os acordos mutuamente benéficos, possibilitados pela existência de regimes, seriam mais difíceis ou impossíveis de serem obtidos sem eles. Isto é, os arquitetos dos regimes anteciparam que sua existência facilitaria a cooperação.

Dentro da teoria funcional dos regimes de Keohane, as expectativas geradas por sua demanda explicam a formação dos regimes: estes antecipam os obstáculos que seriam possivelmente surgidos a partir das ações dos próprios governos que os criaram. Estes sabem que tentativas de construir acordos fora do ambiente dos regimes resultariam em arranjos piores para eles próprios.

Invertido o teorema de Coase, é possível classificar as razões para estas expectativas sob as categorias de obrigações legais (equivalente à propriedade privada de Coase), custos de transação e problemas de incerteza.

Keohane atesta que é amplamente reconhecido que governos nacionais prezam por sua autonomia, sendo usualmente impossível fazer com que instituições internacionais exerçam autoridade sobre os mesmos. Destarte, seria equivocado supor que regimes são caracterizados por tentativas infrutíferas de institucionalizar uma autoridade central na política mundial.

Eles não podem estabelecer padrões de obrigações legais tão sólidas como as desenvolvidas no plano doméstico dos Estados, e seus arquitetos estavam cientes desta limitação. No entanto, a falta de uma estrutura hierárquica nas relações internacionais não impede que regimes desenvolvam “*bits and pieces of Law*”. Sua principal significância não decorre de seu *status* legal formal, mas sim daquilo que William Fellner³⁶ chama de *quasi-agreements*, quando analisa o comportamento de firmas em oligopólio. Estes não tem a mesma capacidade jurídica que uma lei, mas, como contratos, ajudam a organizar relações de forma mutuamente benéfica. Regimes também representam convenções, ou seja, práticas tidas

³⁵ Do original: *legal liability*.

³⁶ Cf. Fellner (1949).

como de conhecimento comum em uma comunidade, não porque são as melhores, mas porque os outros atores as aceitam.

Estes arranjos legais, geralmente frágeis, ao invés de impor acordos a partir de uma autoridade central, fornecem expectativas (mútuas) estáveis a respeito dos padrões de comportamento dos Estados, e desenvolvem relações de trabalho que permitem as partes adaptar suas práticas a novas situações. Contratos, convenções e *quasi-agreements* proveem informação e gera padrões de custos de transação: os custos de quebrar compromissos são aumentados, e os custos de operar dentro do quadro dos regimes são reduzidos.

Como *quasi-agreements* entre firmas em oligopólio, regimes internacionais alteram os custos relativos de transação, ao proibir certos tipos de acordos. Como exemplo, Keohane remete ao GATT, o qual não permite fazer arranjos discriminatórios de comércio, exceto sob condições específicas. Contudo, os Estados podem empreender estes arranjos, pois o GATT não tem capacidade para impedi-los legalmente, mas a falta de legitimidade destas medidas perante os seus membros terão um custo alto, como o de retaliações e sanções cabíveis.

Em analogia ao Dilema do Prisioneiro, esta situação transforma o jogo do “*single play*” para o iterado. Em termos de falhas de mercado, os custos de transação de certas negociações possíveis foram aumentados, enquanto os custos de outras foram reduzidos. Em ambos os casos, o resultado é o mesmo: os incentivos para violar os princípios e regras do regime foram reduzidos.

Por extensão, regimes possibilitam aos governos terem, potencialmente, vantagens de economias de escala, pois uma vez estabelecidos, diminuem os custos marginais de se lidar com cada negociação adicional, em relação aos custos das negociações de forma bilateral. Um regime pode ser considerado um *cluster* de negociações, que reduz também os custos burocráticos para os Estados.

Subsidiado pelas teorias de falha de mercado, a função informacional dos regimes é a mais importante, segundo o autor, pois sua falta produz incertezas, como a incerteza sobre a qualidade a que se refere George Akerloff no seu hipotético “*market for lemons*”.

Como visto anteriormente na exposição do Dilema dos Prisioneiros e os problemas de ação coletiva, em muitas situações análogas às relações internacionais, os atores se preocupam com a possibilidade de serem “enganados”. Para tal, a literatura das falhas de mercado elaborou três conceitos que indicam as fontes destas dificuldades: a assimetria de informação, o risco moral e a irresponsabilidade (*irresponsability*).

Por causa da assimetria de informação, os resultados esperados de barganhas seriam injustos, pois os atores com menos informações se sentiriam prejudicados, como *outsiders*, e

relutariam a acordar com *insiders*. A informação que é requerida à anuência a um regime internacional não é apenas informação a respeito das posições formais de negociação, mas sim o conhecimento preciso de suas futuras posições. Em parte, é um problema de estimar se os Estados irão manter seus compromissos.

Como no “*market for lemons*”, a reputação de um governo, portanto, se torna um importante ativo em persuadir outros a acordarem com ele. Regimes aumentam o nível de informação disponível a todos seus membros, contribuindo para a redução da incerteza e dos riscos de contratação, como exemplifica Keohane:

International regimes help governments to assess others' reputations by providing standards of behavior against which performance can be measured, by linking these standards to specific issues, and by providing forums, often through international organizations, in which these evaluations can be made. Regimes may also include international organizations whose secretariats act not only as mediators but as providers of unbiased information that is made available, more or less equally to all members. (KEOHANE, 1984, p. 94)

Keohane ainda expõe que governos teriam vantagens em fornecer mais informações a respeito de suas intenções futuras, pois podem ser mais convincentes ao buscar persuadir potenciais parceiros considerando seu compromisso em cumprir determinados acordos. Governos mais fechados perderiam esta fatia.

Acordos também podem alterar os incentivos de modo a desencorajar o comportamento cooperativo, como no problema do risco moral. Keohane exemplifica pelo *international banking*:

The solvency of a major country's largest banks may be essential to its financial system, or even to the stability of the entire international banking network. As a result, the country's central bank may have to intervene if one of these banks is threatened. The U.S. Federal Reserve, for instance, could hardly stand idly by while the Bank of America or Citibank became unable to meet its liabilities. Yet this responsibility creates a problem of moral hazard, since the largest banks, in effect, have automatic insurance against disastrous consequences of risky but (in the short-run at least) profitable loans. They have incentives to follow risk-seeking rather than risk-averse behavior at the expense of the central bank. (HIRSCH, 1977 apud KEOHANE, 1984, p. 95-96)

Outro problema identificado por Keohane é o da irresponsabilidade dos governos, no sentido de que possam vir a se comprometer com contratos que não possam cumprir, devido a alguma adversidade contingencial. Na literatura de falhas de mercado, este é um problema de *self-selection*³⁷. Nas relações internacionais, *self-selection* significa que certos tipos de

³⁷ “[...] people who purchased ‘lemons’ will tend to sell them earlier on the used-car market than people with ‘creampuffs’” (Akerlof, 1970; Arrow, 1974 apud Keohane, *ibid.*, p. 96)

atividades, como o compartilhamento de pesquisas em uma determinada área do conhecimento, são mais vantajosas para Estados atrasados do que para os mais avançados, pois os primeiros percebem mais incentivos em participar.

De ponto de vista de um observador à parte, a irresponsabilidade parece um aspecto do problema de bens públicos e *free-riding*; mas do ponto de vista do ator que está em dúvida em contar com um parceiro irresponsável, é um problema de incerteza.

Regimes internacionais ajudam os Estados a lidarem com todos estes problemas. Como os princípios e regras do regime reduzem o alcance do comportamento esperado, a incerteza diminui, assim como a informação torna-se mais disponível, e sua assimetria tende a se dissolver. Arranjos feitos dentro de regimes permitem aos atores monitorarem o comportamento de seus membros, mitigando problemas de risco moral. *Clusters* de negociações específicas dentro do contexto dos regimes aumentam os custos da irresponsabilidade. A proximidade entre oficiais de diferentes governos aumentam a possibilidade dos mesmos em fechar acordos mutuamente benéficos, pois suas relações são caracterizadas por um maior fluxo de comunicação e informação, formais e informais, no ambiente proporcionado pelos regimes.

Pelas lentes da Teoria dos Jogos ou das falhas de mercado, a conclusão é a mesma: regimes internacionais podem facilitar a cooperação ao reduzir a incerteza que predomina nas relações internacionais. Ao proporcionar incentivos, são capazes de atrair até mesmo os Estados que perseguem, de forma míope (entenda-se, em um horizonte de curto prazo), o próprio interesse, como é possível inferir da simulação computacional feita por Robert Axelrod pela simples mudança do Dilema dos Prisioneiros de *single-play* para o iterado.

Em termos racionais, no seu sentido clássico postulado pela TER, a melhor estratégia para o Dilema dos Prisioneiros iterado é a *tit-for-tat*, a qual se baseia na possibilidade da retaliação em cadeia, e por consequência induz a cooperação, pois esta saída apresenta maiores recompensas tanto para o ator como para o seu conjunto.

De forma complementar, a luz à reputação dos Estados resolve os dilemas proporcionados pela Teoria da Ação Coletiva e pelo Dilema dos Prisioneiros. A imposição de custos futuros a um Estado determinado, devido a violações a regras, pode ser facilitado pelo ambiente proporcionado nos regimes: o da reciprocidade.

Nas relações internacionais, sob condições de incerteza e descentralização, Estados decidem com quem farão acordos e quais os termos destes, principalmente a partir de suas expectativas a respeito da vontade e capacidade de comprometimento de seus potenciais parceiros. Neste contexto, uma boa reputação facilita a entrada por um Estado em acordos

mais vantajosos na seara internacional, ao entender que uma má-reputação, pela TER, implicaria em custos ao tornar futuras contratações mais difíceis de serem alcançadas.

Este resultado também é verificado paralelamente na Antropologia:

The importance of reputation as an incentive to conform to standards of behavior in world politics has an interesting parallel in the practices of stateless societies. "Primitive" societies without centralized patterns of authority develop what one anthropologist has called "rule(s) and standards which define appropriate action" (COLSON, 1974, p. 52 apud KEOHANE, 1984, p. 106)

Como em regimes, estas regras ajudam a limitar conflitos de interesse ao reduzir a ambiguidade: neste caso ao prover informações sobre quais tipos de comportamento são legítimos. A principal sanção por violar normas e regras sociais nestas sociedades é o custo de manchar sua reputação.

Como nas relações internacionais, o foco da preocupação é menor com relação ao que determinado ator tenha feito no passado, mas sim sobre o qual a decisão provável ele tomará no futuro. Isto é, sistemas de controle social em sociedades primitivas, bem como nas relações internacionais, são prospectivas³⁸.

Em suma, por razões de reputação, bem como medo de retaliações e preocupação com o efeito de precedentes, governos egoístas podem seguir as regras e princípios dos regimes internacionais mesmo quando seu míope autointeresse os aconselha a não seguir.

De forma semelhante à Gilpin, Keohane traduz sua tese para o cálculo do custo-benefício: cada vez que tivessem, por qualquer razão, incentivos a violar as provisões de regimes (leia-se desertar), eles podem comparar se estes custos ultrapassam ou não os benefícios de trapacear, levando em conta, porém, a probabilidade de retaliação e da imposição de sanções futuras. À luz deste cálculo, Estados caracterizados como egoístas, racionalmente, perceberiam incentivos em cumprir compromissos, mesmo que estes sejam desfavoráveis.

Desta forma, através da TER e das funções exercidas por instituições, Keohane desenvolve sua Teoria Funcional dos Regimes, a qual procura explicar a sua criação, manutenção e evolução. Sua análise parte da suposição que governos calculam seus interesses, minuciosamente, em cada negociação, sempre a partir dos seus próprios interesses. O resultado global desta interação permite que Keohane rejeite a inevitabilidade da discórdia

³⁸ Do original *forward-looking*.

e a impossibilidade da cooperação nas relações internacionais, como preconiza a tradição Realista.

Governos, simpáticos ou não aos princípios e regras dos regimes, percebem vantagens em mantê-los, mesmo que tenham que abrir mão de ganhos a curto-prazo (ou míopes), com a expectativa de aumentá-los no longo prazo. Pois esta é a principal função dos regimes: facilitar negociações ao conduzi-las a acordos mutuamente benéficos.

A fim de tornar mais sólido o seu argumento, Keohane substitui a premissa de racionalidade clássica pela limitada, tornando sua teoria mais próxima da realidade, por assumir que a de tomada de decisões, tida como cálculo incessante feito pelo Estado tendo em vista seus interesses próprios, é altamente custoso. Estando esses conscientes da limitação de seu cálculo racional, a cooperação poderá emergir a partir desta ideia, não requerendo que os Estados prescindam de sua soberania, nem mesmo que subscrevam a ideais em comum.

O tomador de decisão perfeitamente racional tratado anteriormente é de “carne e osso”, como descreve o autor. A partir do conceito de Racionalidade Limitada de Herbert Simon, ilustra:

Even the shrewdest speculator or the most brilliant scientist faces limitations on her capacity for calculation. To imagine that all available information will be used by a decision maker is to exaggerate the intelligence of the human species. Decision makers are in practice subject to limitations on their own cognitive abilities, quite apart from the uncertainties inherent in their environments. (KEOHANE, 1984, p. 111)

Neste respeito, teorias comportamentais que assumem a caracterização de seus atores como de Racionalidade Limitada são diferentes das neoclássicas, como as teorias de falha de mercado discutidas anteriormente, nas quais se assume que os atores são maximizadores perfeitos. Sob racionalidade limitada, supõe-se que atores não computam apenas suas curvas de utilidade, mas também os custos e benefícios de computá-la com precisão.

Na teoria de Simon, os atores buscam racionalmente mais a satisfação do que a maximização. Os atores, tendo capacidade limitada de realizar cálculos, devido ao grande volume de informações disponíveis, desenvolvem hábitos e regras de procedimento a fim de simplificar este processo em situações repetidas. Isto é, adotam princípios gerais de comportamento esperando, no longo prazo, resultados satisfatórios, e não máximos. Keohane expõe este conceito a partir de simples e hipotéticos exemplos cotidianos:

I do not normally calculate whether to brush my teeth in the morning, whether to hit a tennis ball directed at me with my backhand or my forehand, or whether to tell the truth when asked on the telephone whether Robert Keohane is home. On the

contrary, even apart from any moral scruples I might have (for instance, about lying), I assume that my interests will be furthered better by habitually brushing my teeth, applying the rule 'when in doubt, hit it with your forehand because you have a lousy backhand', and adopting the general principle of telling the truth than by calculating the costs and benefits of every alternative in each case. I do not mean to deny that I might occasionally be advantaged by pursuing a new idea at my desk rather than brushing my teeth, hitting a particular shot with my backhand, or lying to an obnoxious salesman on the telephone. (KEOHANE, 1984, p. 112-113)

Se fosse possível computar cada alternativa possível sem qualquer custo, os atores prefeririam fazer este cálculo cada vez que tivessem que tomar uma decisão. Mas, como isso não é possível, dados os custos de processar informações “infinitas”, no longo prazo, é racional que estes cálculos sejam deixados de lado.

Se a racionalidade limitada é aplicável em indivíduos, seu conceito pode ser estendido aos governos. Estes têm múltiplos objetivos, e para tal adotam cursos de ação a fim de cumpri-los de forma satisfatória. Para tal, utilizam procedimentos operacionais padrões e regras de ouro (*rules of thumb*) para a tomada e implementação de decisões, os quais seriam providos pelos regimes.

De acordo com esta teoria, Keohane afirma que isto implica que os governos sacrificariam sua habilidade de maximizar interesses próprios de curto prazo, através de cálculos a respeito de qualquer negociação que surjam, para terem, em retorno, maior certeza a respeito do comportamento dos outros governos.

A inclinação de governos em aquiescer e apoiar regimes internacionais será reforçada pelo fato de que as alternativas fora destes são menos atraentes do que seriam se as suposições da TER fossem “válidas”. Governos buscariam simplificar seus processos de tomada de decisão a fim de que funcionem efetivamente.

Governos são grandes e complexas organizações compostas por seres humanos com capacidade limitada para a resolução de problemas. As regras dos regimes podem ser melhores do que as adotadas unilateralmente, pois tem a vantagem de constranger as ações dos outros governos. A decisão é se o valor desta vantagem justifica os custos de aceitar regras de regimes no lugar de regras próprias. Assim, se se aceita que governos devem adotar regras de ouro, os custos de aderir aos regimes parecem ser menores do que aqueles seriam se a TER fosse “válida”.

A conveniência das regras de ouro combinadas com a superioridade de cálculos de longo prazo sobre os de curto reforçam a possibilidade de aderência pelos governos aos regimes, particularmente se trabalham sob a hipótese da Racionalidade Limitada. Desta forma, mesmo objetivando o próprio interesse o Estado poderá se comportar de maneira empática e pacífica, sob as regras de regimes.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo procurou apresentar a conjugação das disciplinas Microeconomia e Relações Internacionais, evidenciando um esforço, pelos seus empregadores em foco, de busca pela maior cientificidade de sua disciplina. A resenha traz evidências de que ponto de partida por Waltz da incorporação de instrumentos analíticos oriundos das Ciências Econômicas foi o uso das teses smithianas da possibilidade de ordem em ambientes sociais sem planejamento central e compostos por indivíduos motivados pelos seus próprios interesses e o papel coordenador do processo da livre competição/concorrência.

Ademais, a resenha indica que a literatura analisada, quando vista em seu conjunto, apresenta um uso crescente de conceitos e modelos da Teoria Microeconômica que incorporam não só a racionalidade dos agentes (os Estados), mas também a dimensão estratégica de suas interações, em um contexto no qual inexistia uma coordenação centralizada — típica das relações internacionais contemporâneas. Dentre outras importantes incorporações, sobressaem-se as oriundas da Teoria dos Jogos³⁹, destacando-se as intentadas por Putnam⁴⁰ e Brams⁴¹.

Na revisão bibliográfica, foi observada uma lacuna com relação a modelagem a partir da Microeconomia Sistêmica⁴², da abordagem da complexidade (AC, ou *bottom-up approach*). Apesar de este ser um paradigma ainda em construção, a sua aplicabilidade multi e transdisciplinar sugere que seja possível a construção de modelos baseados em agentes para as Relações Internacionais, ao percebê-los como sistemas anárquicos nos quais emergem, no decorrer do tempo, padrões de coordenação em decorrência da interação entre agentes heterogêneos, autônomos e limitadamente racionais, os quais apresentam contínua adaptação a mudanças contingenciais⁴³.

³⁹ Cf. Correa (2001).

⁴⁰ Cf. Putnam (1988).

⁴¹ Cf. Brams (1993).

⁴² Cf. Prado (2006)

⁴³ Barbieri (201-)

REFERÊNCIAS

AIVAZIAN, Varouj A.; CALLEN, Jeffrey L. The Coase theorem and the empty core. *Journal of Law and Economics*, vol. 24, no. 1 (April), p. 175-81, 1981

AKERLOF, George A. The Market for "Lemons": Quality Uncertainty and the Market Mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 84, No. 3. (Aug., 1970), pp. 488-500.

ARROW, Kenneth J. Uncertainty and the Welfare Economics of Medical Care. *The American Economic Review*. V. 53, N. 5 Dezembro de 1963.

_____. *Essays in the Theory of Risk-Bearing*. New York: North-Holland/American Elsevier, 1974.

AXELROD, Robert. *The Evolution of Cooperation*. EUA: Basic Books, 1984.

BALDWIN, David A. (Ed.). *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*. New York: Columbia University Press, 1993.

BARBIERI, Fabio. Hayek e a Abordagem de Complexidade em Economia (não publicado).

BARROS, Aidil J. S. & LEHFELD, Neide A. S. *Fundamentos de metodologia científica*. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

BECKER, Gary. *The Economic Approach to Human Behavior*. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

BOWLES, Samuel. *Microeconomics: Behavior, Institutions and Evolution*. New York: Russel Sage Foundation, 2004.

BRAMS, Steven J. Theory of Moves. *American Scientist*. v. 81, no. 6 (December): 562-570, 1993.

BRUE, Stanley L. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

BUCHANAN, James M. An Individualistic Theory of Political Process. In: *Varieties of Political Theory*, David Easton (ed.), p. 25-37. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1966.

BULL, Hedley. *The Anarchical Society — A Study of Order in World Politics*. New York: Columbia University Press, 1977

CERQUEIRA, Hugo G.. A Mão Invisível de Júpiter e o Método Newtoniano de Smith. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 36, n. 4, P. 667-697, outubro-dezembro 2006.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto. *Metodologia Científica*. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COASE, Ronald H. The Problem of Social Cost. *The Journal of Law and Economics*, Outubro 1960. v. 3.

_____. The Nature of the Firm. *Economica*, New Series, Vol. 4, No. 16. (Nov., 1937), pp. 386-405.

COLSON, Elizabeth. *Tradition and Contract: The Problem of Order*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1974

CORREA, Hector. Game Theory as an Instrument for the Analyses of International Relations. *Ritsumeikan Annual Review of International Studies*. Vol.14, N. 2, p. 187-208, 2001.

FIANI, Ronaldo. *Teoria dos Jogos: com aplicações em economia, administração e ciências sociais*. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FELLNER, William. *Competition among the Few*. New York: Knopf, 1949.

GIGERENZER, Gerd; SELTEN, Reinhard (Eds.). *Bounded Rationality: the adaptive toolbox*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2002.

GILPIN, Robert. *War and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GRIFFITHS, Martin; ROACH, Steven C.; SOLOMON, M. Scott. Fifty Key Thinkers in International Relations. Nova Iorque: Routledge, 2009.

HARSANYI, John C. Rational-Choice Models of Political Behavior vs. Functionalist and Conformist Theories. *World Politics*. V. 21. N. 4 p. 513-538. 1969.

HIRSCH, Fred; DOYLE, Michael. Politicization in the world economy: necessary conditions for an international economic order. In: Hirsch; Doyle et al., *Alternatives to Monetary Disorder*. New York: McGraw-Hill for the Council on Foreign Relations, 1977

HOFSTADER, D. The prisoner's dilemma - computer tournaments and the evolution of cooperation. In: *Metamagical themas: questing for the essence of mind and pattern*. Nova Iorque: Bentam Books, 1986, p. 715-734.

HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico: Uma perspectiva crítica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

JEVONS, William S. *A Teoria da Economia Política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996

KAHLER, Miles. Rationality in International Relations. *International Organization* 52, 4, Autumn 1998, p. 919-941. The IO Foundation and the Massachusetts Institute of Technology.

KEOHANE, Robert O. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

_____. International Institutions: two approaches. *International Studies Quarterly*, Vol. 32, No. 4 (Dec., 1988), pp. 379-396

_____ (Ed.). *Neorealism and its Critics*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1986.

KRASNER, Stephen D. (Ed.). *International Regimes*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

LAPID, Yossef. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. *International Studies Quarterly*, v. 33, n. 3, p. 235-254, 1989.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de Economia*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. 2 v.

MILL, John S. *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

_____. Utilitarianism. 2 ed. Londres: Longman, Green, Longman, Roberts and Green, 1864.

MYATT, David P. "Collective Action (new perspectives)". The New Palgrave Dictionary of Economics. Second Edition. Eds. Steven N. Durlauf and Lawrence E. Blume. Palgrave Macmillan, 2008. The New Palgrave Dictionary of Economics Online. Palgrave Macmillan. 15 June 2012

NICHOLSON, Walter. Microeconomic Theory: basic principles and extensions. Thomson Learning, 2004.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLSON, Mancur. "collective action." The New Palgrave Dictionary of Economics. Second Edition. Eds. Steven N. Durlauf and Lawrence E. Blume. Palgrave Macmillan, 2008. The New Palgrave Dictionary of Economics Online. Palgrave Macmillan. 15 June 2012

_____. The Logic of Collective Action. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

OSBORNE, Martin J.; RUBINSTEIN, Ariel. A Course in Game Theory. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1994.

OYE, Kenneth A. Belief Systems, Bargaining and Breakdown: International Political Economy 1929-1934, 1983 (Ph.D. dissertation, Harvard University);

PARETO, Vilfredo. Manual de Economia Política. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

PINDYCK, Robert; RUBINFELD, Daniel. Microeconomia. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

PLATT, John Rader. Style in Science. Harper's Magazine, vol. 213. Out. 1956.

PRADO, E. F. S. Dilema do Prisioneiro e Dinâmicas Evolucionárias. Estudos Econômicos, v. 29, n. 2, p. 249-266, abr./jun. 1999.

_____. Microeconomia Reducionista e Microeconomia Sistêmica. Nova Economia: Belo Horizonte 16 (2) 303-322 maio-agosto de 2006.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. International Organization, Vol. 42, No. 3. (Summer, 1988), pp. 427-460.

RAPOPORT, Anatol; CHAMMAH, Albert. Prisoner's Dilemma. The University of Michigan Press, 2009.

ROBBINS, Lionel. An Essay on the Nature and Significance of Economic Science. Londres: MacMillan and Co., 1932.

ROGOWSKI, Ronald. Rationalist Theories of Politics: A Midterm Report. World Politics 30 (1978): 296-323.

SALOMON, Délcio V. Como Fazer uma Monografia. 9 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SAMUELSON, Paul A. The Pure Theory of Public Expenditure. The Review of Economics and Statistics, Vol. 36, No. 4. (Nov., 1954), pp. 387-389.

SELTEN, Reinhard. What is Bounded Rationality? SFB Discussion Paper B-454. Maio, 1999.

SCHELLING, Thomas C. The Strategy of Conflict. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

SMITH, Adam. A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. 2 v.

SNIDAL, Duncan. Interdependence, Regimes and International Cooperation, 1981;

SNYDER, Glenn H.; DIESING, Paul. Conflict among Nations: Bargaining, Decision making and System Structure in International Crises, 1977

VARIAN, Hal. Microeconomia: conceitos básicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

VELJANOVSKI, Cento G. The Coase theorems and the economic theory of markets and law. Kyklos, vol. 35, fasc. 1, pp. 53-74. 1982.

WALRAS, León. *Compêndio dos Elementos de Economia Pura*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley, 1979.

YOUNG, Oren. *Anarchy and Social Choice: Reflections on the International Polity*. *World Politics* 30, 1978.